



**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**BIÊNIO**

**2012**  
**2013**



Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
BIÊNIO 2012-2013**



**PRESIDENTE**

Des. Antonio Guerreiro Júnior

**CORREGEDOR GERAL**

Des. Cleones Carvalho Cunha

**VICE-PRESIDENTE**

Desa. Maria dos Remédios Buna C. Magalhães

**DESEMBARGADORES**

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

Desa. Cleonice Silva Freire

Desa. Nelma Celeste S. Silva Sarney Costa

Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

Desa. Anildes de Jesus Bernardes C. Cruz

Desa. Raimunda Santos Bezerra

Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de C. Duarte Mendes

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

Des. Jaime Ferreira de Araújo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo

Des. José Bernardo Silva Rodrigues

Des. José de Ribamar Froz Sobrinho

Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Des. Vicente de Paula Gomes de Castro

Des. Kleber Costa Carvalho

Des. Raimundo José Barros de Sousa

Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe

Desa. Angela Maria Moraes Salazar

Des. Marcelino Chaves Everton

# SUMÁRIO

- 9** Apresentação
- 10** Gestão Administrativa
- 14** Controle Interno
- 16** GESTÃO FINANCEIRA
- 19** Finanças
- 19** Contabilidade
- 20** Fundo Estadual de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário
- 20** Segurança Jurídica Aliada À Gestão Financeira
- 22** GESTÃO DE PESSOAS
- 24** Programa de Estágio
- 24** Saúde e Qualidade de Vida
- 25** Biblioteca

<b>27</b>	<b>Segurança Institucional</b>
<b>30</b>	<b>GESTÃO DE INFRA ESTRUTURA</b>
<b>34</b>	<b>Material e Patrimônio</b>
<b>37</b>	<b>Tecnologia</b>
<b>39</b>	<b>GESTÃO JUDICIÁRIA</b>
<b>41</b>	<b>Novas Unidades Judiciais</b>
<b>41</b>	<b>Coordenadoria de Precatórios</b>
<b>42</b>	<b>Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos</b>
<b>47</b>	<b>GESTÃO DA COMUNICAÇÃO</b>
<b>48</b>	<b>Comunicação Social</b>
<b>50</b>	<b>Campanhas</b>
<b>30</b>	<b>Ouvidoria</b>

- 57** Telejudiciário
- 59** PROJETOS ESPECIAIS
- 60** Coordenadoria de Atividades Especiais
- 63** Casa Abrigo
- 63** Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
- 68** Unidade de Monitoramento Carcerário
- 60** Coordenadoria de Atividades Especiais
- 63** Casa Abrigo

## MISSÃO CUMPRIDA

No biênio 2012/2013, buscamos o crescente desenvolvimento do Poder Judiciário, vencendo os desafios com a dedicação dos que amam a Instituição e por ela se sacrificam, no desiderato maior de servir à Justiça, instrumento indispensável para a paz social que todos almejamos.

Superamos as adversidades e pavimentamos novos caminhos para a Justiça maranhense, com significativos investimentos para garantir a efetividade dos projetos, metas e ações institucionais, fortalecendo a máquina judiciária.

Num olhar retrospectivo ao vasto panorama de realizações, temos a convicção de que, com a proteção de Deus, ajudamos a engrandecer nossa Corte, dignificando e enaltecendo sua imagem, dando-lhe a importância que o ordenamento jurídico lhe garante.

Todos – magistrados, diretores, servidores que pertencem e se dedicam a esta honrada Instituição – são merecedores do nosso agradecimento.

Sentimos-nos recompensados em ajudar a escrever uma bonita história de lutas e vitórias e ter plantado bons frutos durante a nossa gestão.

O contentamento vem da certeza de que conseguimos cumprir as metas traçadas quando assumimos o mandato, não poupando esforços para ultrapassar os obstáculos de mãos dadas com os que se irmanaram conosco na relevante empreitada.

O mister de presidir o Tribunal, diante de todas as suas implicações, tornou-se menos árduo porque me foi possível dividi-lo com a Mesa Diretora da mais alta estirpe, mostrando comprometimento e servindo a instituição com desvelo.

Praticamos o que falamos, colocando, acima de tudo, coerência e similitude entre discurso e prática, jamais nos posicionando em outra trincheira que não a do interesse público e institucional.

Na nossa gestão, mobilizamos expectativas, esperanças e, cumprida a missão, presto contas com a consciência tranquila, na certeza de que nos mantivemos fiéis à essência ética e aos compromissos do Poder Judiciário.

Desembargador Antonio Guerreiro Júnior  
**Presidente do TJMA**  
**(Biênio 2012/2013)**



2012  
2013

**GESTÃO ADMINISTRATIVA**

**BIÊNIO**

No biênio 2012/2013, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), presidido pelo desembargador Antonio Guerreiro Junior, procedeu à racionalização dos recursos. No âmbito administrativo, grande parte dos esforços se concentrou no cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário.

Como resultado de um esforço integrado e planejado, envolvendo diversos setores e estimulado pela possibilidade de alcance da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), 80% das metas estabelecidas para o ano de 2012 foram cumpridas integralmente. Vale destacar que apesar do não cumprimento da Meta 01, a quantidade de processos julgados foi superior ao ano de 2011.

Em 2013, o trabalho prosseguiu e, até outubro desse ano, quase a totalidade das metas já tinha sido alcançada, restando pouco a ser cumprido em dezembro. Todo esse intento foi reconhecido com a divulgação do resultado da pesquisa anual “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apresentou o TJMA no 4º lugar em produtividade no país.

Esses e outros resultados alcançados, só foram possíveis a partir do planejamento estratégico implementado pela Assessoria de Gestão Estratégica. A preparação do plano estratégico teve início com os treinamentos “Gestão Estratégica com Balanced ScoreCard”, “Gerenciamento de Projetos” e de “Implantação do Escritório de Projetos”.

Participaram dos cursos os representantes de áreas estratégicas, a fim de serem engajados aos objetivos traçados para o biênio, bem como preparados para a elaboração e a implementação do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2015-2019.

A GPJ passou a se constituir em uma ferramenta de gestão estratégica. O modelo em vigor foi aperfeiçoado e agora está voltado para promover mudanças no ambiente organizacional, com foco na melhoria das práticas internas, celeridade nas demandas judiciais e efetividade na solução dos conflitos em sociedade.

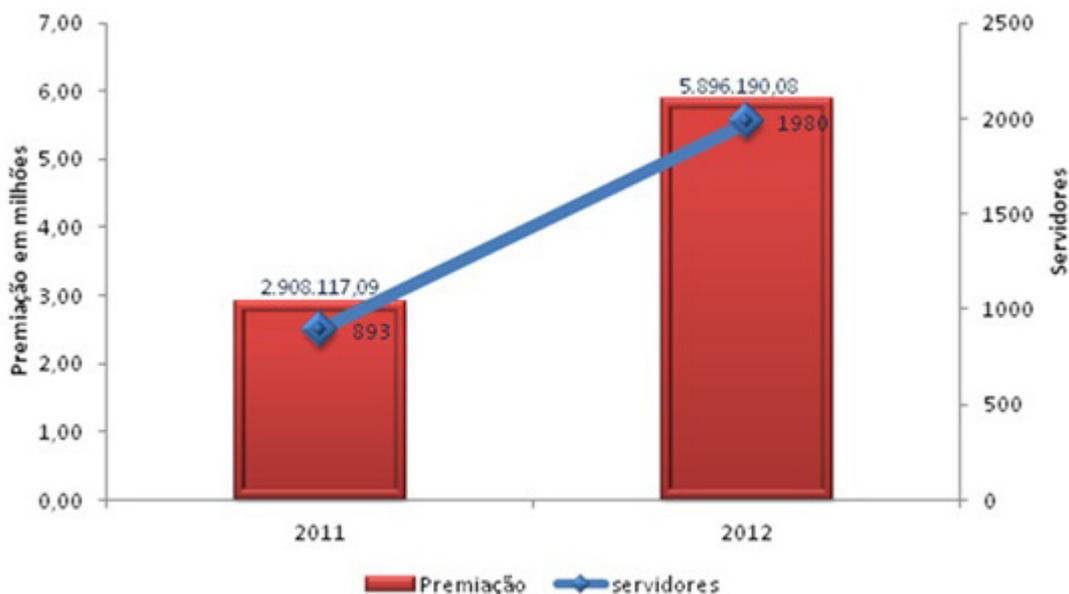


Pensada para dar impulso às ações do planejamento estratégico, a GPJ contemplou, em 2011, apenas unidades que atingissem as metas e tivessem melhor resultado, comparadas às demais. Esse critério limitou o alcance do benefício e desmotivou servidores de unidades que alcançaram os objetivos traçados e não receberam a gratificação. Essa visão mudou de foco na gestão 2012/2013.

Com a alteração normativa, houve previsão para que todas as unidades que alcançassem as metas fossem contempladas. Pautado em um arrojado planejamento financeiro, foi possível prever orçamento para o pagamento da gratificação a um grupo de 1.980 servidores em 2012, resultando no investimento de R\$ 5.896.190,08. Em 2013, os 2.575 servidores que alcançaram as metas foram novamente reconhecidos com o investimento de mais de R\$ 11 milhões para o pagamento da gratificação.

Em 2013, a Assessoria de Gestão Es-

### Gratificação por Produtividade Judiciária



tratégica renovou a GPJ, tendo como finalidade aproximar os servidores da visão estratégica e alinhar as metas de produtividade aos objetivos já estabelecidos. Com o fim da concorrência entre as unidades, cada setor passou a buscar suas metas individuais, estabelecidas conforme suas realidades. O planejamento permitiu implantar um modelo moderno de gestão, fundado no controle das finanças e na transparência com os gastos públicos. Conhecer e entender a realidade, a fim de atender as necessidades de cada unidade judicial e administrativa, foi o primeiro passo dado rumo ao gerenciamento eficiente, tendo como resultado a melhor prestação dos serviços.

A determinação e a coragem de levar adiante um projeto de gestão ousado permitiu a racionalidade na execução dos processos administrativos com a eliminação de trâmites desnecessários, o que diminuiu custos e possibilitou a aquisição de bens e a contratação de serviços essenciais ao bom funcionamento da estrutura do Judiciário estadual.

A gestão administrativa, demonstrada em cada área temática deste relatório



de gestão, considera que toda atividade, para ser bem desenvolvida, necessita de um planejamento que oriente sua execução. O adequado aparelhamento das unidades judiciais e administrativas se deve ao bom trabalho implantado pelas divisões de material e patrimônio, o que possibilitou às unidades trabalharem com os recursos necessários ao bom desempenho de suas ações.

Acompanhando a modernização das leis, o processo de licitação foi melhorado. Pregões, concorrências e contratos foram realizados em diversas áreas, possibilitando a aquisição de insumos indispensáveis à execução dos serviços internos e à boa prestação dos serviços externos. Isso revela a preocupação com a construção de um Poder Judiciário cada vez mais forte, atuando de forma célere e eficiente.

Durante o biênio foram realizadas 140 licitações na modalidade de pregão, com predominância do formato eletrônico (125), conforme prevê a legislação e a regulamentação do CNJ. O percentual de economia alcançado com os pregões eletrônicos alcançou a ordem de 21,51%, contribuindo de forma significativa com os princípios de economicidade e publicidade.

Outros 15 pregões na modalidade presencial foram realizados com sucesso, buscando atender particularidades relacionadas ao produto ou serviço que só poderiam ser adquiridos por meio do processo presencial, como pode ser verificado nas tabelas a seguir.

LICITAÇÕES REALIZADAS ATÉ 31/12/2012		
MODALIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE ECONOMIA
Pregão Eletrônico	62	30,99%
Pregão Presencial	09	
Concorrência	02	

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS ATÉ 31/12/2012	
TIPO	QUANTIDADE
Fornecimento	117
Prestação de Serviços	52
Locação de Imóveis	14
Aditivos Contratuais	115
Termo de Cooperação Técnica	10
ARP	76

LICITAÇÕES REALIZADAS ATÉ 31/08/2013		
MODALIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE ECONOMIA
Pregão Eletrônico	57	21,51%
Pregão Presencial	06	23,54%
Concorrência	05	2,91%

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS ATÉ 31/08/2013	
TIPO	QUANTIDADE
Fornecimento	83
Prestação de Serviços	46
Locação de Imóveis	14
Aditivos Contratuais	78
Compra e Venda	1
Comodato	1
Termo de Cooperação Técnica	4
Termo de Convênio	1
ARP	50
Termo de Cessão de Uso	1

## CONTROLE INTERNO

Buscando assegurar o correto procedimento dos atos administrativos, garantindo-lhes legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência, foi empreendido um rigoroso controle administrativo no intuito de acompanhar e orientar a correta aplicação das normas vigentes, o que vem contribuindo para a aprovação das contas anuais do Poder Judiciário.

Para reforçar esse importante trabalho, foi editada a Resolução nº. 01/2013-GP, que trouxe alterações na estrutura administrativa do TJMA e transformou a Auditoria em Diretoria de Controle Interno, a qual estão subordinadas duas coordenadorias.

Aliado ao controle financeiro e com base no princípio da transparência, grande parte do trabalho de controle interno foi direcionado para o monitoramento da folha de pagamento, com observância do teto remuneratório, hora extra, gratificação de atividade externa ou de atividade de risco, cessão e requisição de servidores.

Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, foi realizada uma auditoria nos contratos de tecnologia da informação, como continuidade da ação de treinamento em auditoria de TI, promovida pelo CNJ.

Por solicitação da Presidência, a Diretoria de Controle Interno implantou sis-

temática de trabalho que permitiu acompanhar as licitações realizadas na modalidade concorrência, bem como os processos que resultaram em aquisição de bens e serviços por meio da dispensa ou inexigibilidade de licitação. O mesmo procedimento foi adotado em relação a outros contratos administrativos celebrados.

Processos relativos a diárias e passagens também foram alvo de austero controle. Passaram a ser submetidos a análise, na qual era verificada a obediência às normas vigentes. O acompanhamento e eficiente fiscalização das verbas remuneratórias, concedidas a servidores e magistrados, também permitiu o equilíbrio da execução financeira, em consonância com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Importante para concretização de ações de infraestrutura do Poder Judiciário estadual, o Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj) também teve o devido acompanhamento na avaliação e no controle da arrecadação de suas receitas nas serventias judiciais e extrajudiciais.

Outra área que passou pela fiscalização do controle interno foi a de material e patrimônio do Judiciário estadual. Foi verificada a existência física de bens móveis, bem como as condições gerais das instalações do almoxarifado, especialmente estocagem e segurança.

É possível concluir, portanto, que o controle interno teve um papel importante no planejamento e execução orçamentária do Tribunal de Justiça, trabalho que resultou nos relatórios que seguiram junto à prestação de contas do órgão ao Tribunal de Contas do Estado.



**GESTÃO FINANCEIRA**

**BIÊNIO**

**2012**  
**2013**

O biênio 2012/2013 foi, sem dúvida, referência de gestão em diversas áreas, notadamente na financeira e orçamentária. O trabalho desenvolvido pela Diretoria Financeira obteve êxito na arrecadação e aplicação do dinheiro público.

Os processos de pagamento a fornecedores, que demandavam longos prazos, foram racionalizados. A iniciativa realizada junto às diretorias e coordenadorias, aliado ao orçamento participativo, permitiu melhor encaminhamento dos recursos e possibilitou a realização das licitações e celebração dos contratos necessários para prestação de serviços e aquisição bens de consumo.

O resultado desse empenho pôde ser visto no equilíbrio financeiro das contas. Com o planejamento, o Tribunal apenas celebrou contratos com a respectiva previsão orçamentária. A medida não só colocou o Judiciário maranhense em uma situação de adimplemento, como também restituiu a credibilidade junto aos fornecedores, indispensáveis ao serviço judiciário.

A racionalização do processo de alocação de recursos conforme o planejamento orçamentário, com rigoroso controle dos investimentos e a realização de um trabalho organizado, pautado em modernos sistemas gerenciais, contribuiu para o Judiciário estadual alcançar maturidade e eficiência operacional dos seus recursos financeiros.

Eficiência pautada na transparência do uso da verba pública, podendo ser acompanhado por qualquer cidadão que tenha interesse nas informações sobre os gastos. Nesse quesito, a gestão 2012/2013 promoveu o momento mais transparente da história do Tribunal de Justiça, reconhecido pelo CNJ, por outros órgãos públicos e pela imprensa local e nacional.

Os procedimentos de prestação de contas tiveram sua eficiência melhorada a partir da implantação do empenho e da ordem bancária eletrônicos, validados e assinados por certificação digital. Esse foi um projeto inovador e pioneiro no Maranhão, que posteriormente serviu de modelo para outros órgãos públicos.

As boas práticas já implantadas pelo Tribunal de Justiça ganharam força com a Lei nº. 12.527/2011, vigente em maio de 2012, que dispõe sobre o acesso à informação. O dispositivo legal contribuiu para o fortalecimento da transparência no setor público, sendo corroborada, no âmbito do Judiciário, pelo CNJ, por meio da Resolução nº. 151/2012.

Quando se trata de transparência, o Judiciário maranhense não se limita ao disposto nas normas. Com base no bom senso e na crença de que o cidadão deve acompanhar todos os atos da administração pública, o Tribunal de Justiça inovou novamente e em 2013 agregou mais informações ao “Portal da Transparência”.

Com o aprimoramento desse serviço, disponível no endereço eletrônico do Judiciário na internet, qualquer cidadão pode acompanhar a aplicação do orçamento. Recursos financeiros referentes a diárias, folha de pagamento, ocupação de cargos, pagamento a fornecedores de bens e serviços, dentre outros, podem ser obtidos online e em tempo real.

Informações como a divulgação das atas de registro de preço em vigor; detalhamento dos contratos vigentes e encerrados; formulário do orçamento participativo - meio pelo qual servidores, advogados e membros de entidades de classe ligadas ao sistema de Justiça podem colaborar para formação da proposta orçamentária do ano subsequente -, passaram a constar no Portal.

O aperfeiçoamento da transparência abrangeu atividades essenciais tais como: a publicação do Relatório de Gestão Fiscal dos três quadrimestres do ano, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); o acompanhamento dos lançamen-

tos contábeis e das conciliações bancárias; o controle da execução orçamentária e financeira; o encaminhamento de proposta de alteração ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012; o pagamento de todos os fornecedores dentro dos prazos contratuais; o lançamento de nova edição do Manual de Adiantamento; e a entrega antecipada da prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.

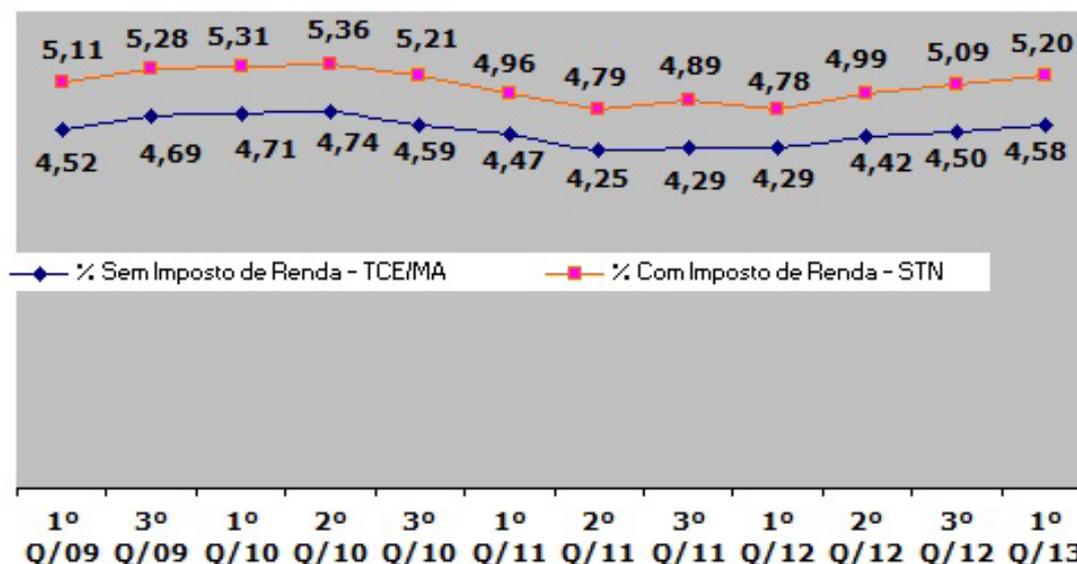
A gestão eficiente trouxe vantagens aos servidores, que passaram a receber seus salários até o dia 20 de cada mês, contribuindo para a melhoria do planejamento familiar. O pagamento da primeira e segunda parcelas do 13º salário também foi garantido de forma antecipada e com recursos próprios.

Em 2012 e 2013, a gestão garantiu recursos para pagamento de 100% da Gratificação de Produtividade Judiciária, que foi estendida a todas as unidades que alcançaram as metas pré-estabelecidas, assim como foram reajustados os valores dos auxílios saúde e alimentação. Este último mais que dobrou, passando de R\$330,00 para R\$726,00.

Essas ações foram possíveis devido à gestão eficiente dos recursos orçamentários e financeiros. Para efeito de comparação, em 2012 todos os demais poderes do Estado solicitaram crédito suplementar no orçamento para cobertura de gastos com pessoal. No entanto, o Tribunal de Justiça cumpriu rigorosamente o previsto no orçamento e manteve os gastos de pessoal dentro do limite prudencial de 5,7% previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, como expresso abaixo.

No ano de 2012, o Tribunal contou com um orçamento de R\$837,2 milhões para executar as ações previstas no Plano Plurianual, sendo R\$774 milhões, previstos inicialmente, mais 63,2 milhões com suplementações oriundas de fontes próprias (excesso de arrecadação e superávit financeiro).

**% Gastos com Pessoal - Limite LRF**



Em 2013, o orçamento contemplou inicialmente recursos na ordem de R\$808 milhões, sendo suplementado e atingindo o montante de R\$994,7 milhões, com a expectativa de superar o valor de R\$1 bilhão até o final de dezembro, diante dos grandes

investimentos iniciados no período. Além disso, o superávit financeiro do exercício anterior e as arrecadações do Ferj e do Ferc constituem fontes próprias para abertura de créditos.

Calcada nesse rigoroso controle orçamentário, a gestão garantiu recursos suficientes para o atendimento das diferentes demandas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Judiciário, em harmonia com um cenário em constante evolução e no qual são intensificadas as necessidades de investimentos.

Não obstante a disponibilidade financeira, a gestão realizou um efetivo controle dos gastos e investimentos, canalizando os recursos para as ações que merecem maior atenção. Assim, a solicitação de aquisição de materiais e serviços é minuciosamente avaliada, com a finalidade de conter gastos, sendo rejeitados os pedidos julgados desnecessários.

Os números do orçamento são mais expressivos quando avaliados em seu aspecto qualitativo, isto é, de efetividade dos gastos em relação às demandas do Judiciário. Vultosos montantes foram investidos em obras e reformas, além do alto investimento em infraestrutura (móveis, carros, equipamentos), com destaque para a renovação do parque tecnológico.

Outra atividade relevante foi a proposta de alteração ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias referente a 2012, que regulamentou o orçamento para 2013. Tal proposta assegurou a efetiva autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, conforme previsão constitucional do Estado, dando mais dinamismo ao planejamento e execução orçamentária. Iniciativa pioneira entre os poderes no Maranhão.

A elaboração da proposta orçamentária para o exercício 2014 foi outro desafio, considerando a necessidade de amplo investimento em estrutura física e recursos humanos, a fim de acompanhar as mudanças sociais.

## **FINANÇAS**

Dentre as atividades relacionadas às finanças, destacam-se o planejamento e a coordenação das atividades referentes ao pagamento de fornecedores; a análise dos atos administrativos relacionados à composição dos processos administrativos de pagamento, a formalização dos processos de pagamentos dos fornecedores em geral, e a análise da regularidade dos processos encaminhados para pagamento, com a respectiva emissão de documento de liquidação das despesas ordinárias.

O controle sobre o processamento dos empenhos das despesas do Poder Judiciário do Maranhão foi ampliado em todas as suas unidades gestoras: Tribunal, Ferj, Fesmam e Ferc. Para melhor controle dos recursos, a Coordenadoria de Finanças foi incumbida de subsidiar os setores competentes de informações, estudos e dados técnicos referentes às matérias a serem apreciadas nos processos relativos aos pagamentos.

## **CONTABILIDADE**

Ainda na esfera financeira, ressalta-se o trabalho realizado na área da Contabilidade, com destaque para o controle e análise dos processos de liberação de créditos e prestação de contas do Cartão Corporativo (adiantamento ou suprimento de fundos) para as finalidades de alimentação do Júri, pronto pagamento e pagamento excepcional (para manutenção de bens móveis ou imóveis).

Foi publicada a 3ª edição do “Manual de Adiantamento de Cartão Corporati-

vo”, e realizada a capacitação de duas turmas do “Curso sobre Prestação de Contas de Cartão Corporativo no Âmbito do Poder Judiciário”.

No intuito de atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal no prazo estabelecido, foi elaborado o “Relatório de Gestão Fiscal” de todos os quadrimestres de 2012 e 2013; assim como foram cumpridas as obrigações tributárias acessórias do Poder Judiciário (Tribunal, Ferj, Esmam e Ferc), na condição de contribuinte substituto.



## FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO

Criado no ano de 2001, o Fundo Estadual de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj) tem o compromisso de gerar recursos com base na arrecadação das custas dos serviços judiciais e extrajudiciais, as quais são convertidas em investimento em infraestrutura das unidades judiciárias e administrativas.

Com a constante modernização dos procedimentos internos e uma rigorosa fiscalização das serventias, as receitas vêm se elevando a cada ano. Para evitar desvios e a conseqüente perda de valores, uma equipe especializada acompanha as atividades nas serventias, a fim de apurar fraudes e evasão de receitas, bem como possíveis abusos contra a população na cobrança dos emolumentos.

Na gestão 2012/2013, o trabalho de fiscalização contemplou as 233 serventias extrajudiciais existentes no Estado. A fiscalização contribuiu de forma importante para o fiel cumprimento da legislação na cobrança dos emolumentos, garantindo ao Poder Judiciário o valor correto de arrecadação, assim como ao usuário do serviço a importância real a ser paga.

Com as fiscalizações intensificadas, foi possível garantir o recolhimento complementar de cerca de R\$300 mil, valor referente a procedimentos não realizados devidamente.

## SEGURANÇA JURÍDICA ALIADA À GESTÃO FINANCEIRA

Para assegurar a legitimidade dos atos produzidos no âmbito das serventias judiciais e extrajudiciais, o Judiciário maranhense emite selos de fiscalização, alguns gratuitos e outros mediante o pagamento de custas. Com o uso dos selos, em 2012 foram recolhidos aos cofres públicos R\$1.036 milhão.

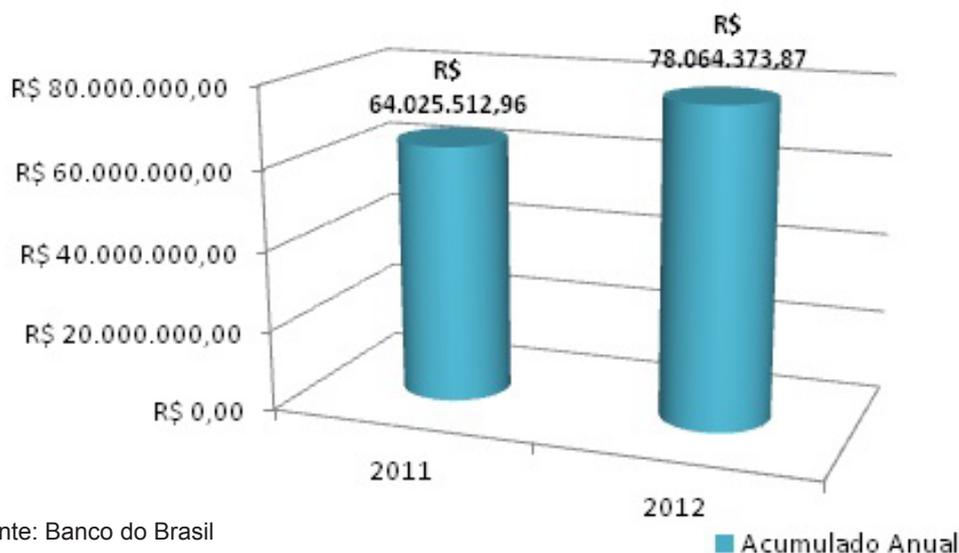
Durante o biênio, o Ferj assumiu novas atividades, a exemplo da cobrança e análise dos balancetes das serventias extrajudiciais interinas do Estado do Maranhão, totalizando mais 99 serventias que passaram a prestar contas. Os valores repassados pelos cartórios interinos somaram, em 2012, a quantia de R\$274.599,01.

Com as ações desenvolvidas na gestão 2012/2013, com destaque para intensificação da fiscalização e a promoção de cursos para capacitação de servidores e serventuários, foi possível alcançar resultados expressivos de arrecadação, o que permitiu ao Ferj a maior quantia já alcançada em sua história.

Em 2012 foram arrecadados mais de R\$ 78 milhões, um aumento de mais de 20% em relação a 2011. Para 2013, a estimativa é de que supere os R\$82 milhões.

Gráfico 1 - Comparativo das arrecadações de 2011 e 2012.

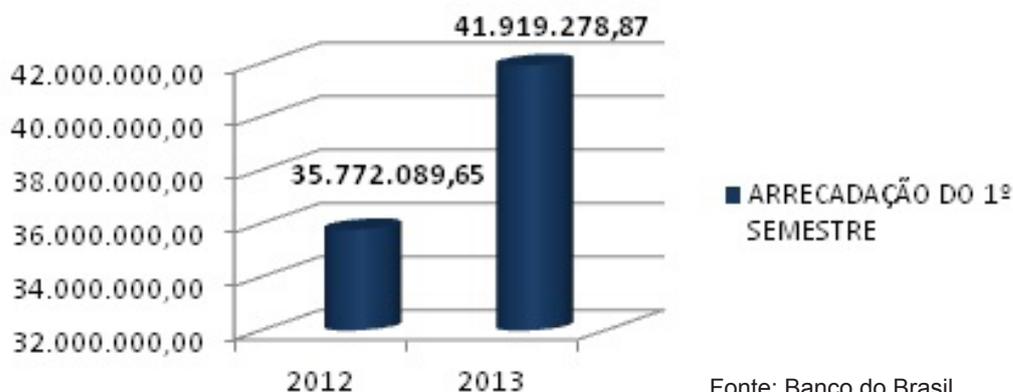
### Gráfico 1 - Valor Acumulado Anual



Fonte: Banco do Brasil

Gráfico 2 - Comparativo das arrecadações de 2012 e 1º sem. 2013. de 2011 e 2012.

### ARRECAÇÃO DO 1º SEMESTRE



Fonte: Banco do Brasil

Além do Ferj, o Poder Judiciário do Maranhão dispõe do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc). Dentre as principais atividades executadas estão o recebimento de comprovações dos atos gratuitos praticados pelas serventias de registro de pessoas naturais e a fiscalização os repasses dos 3% dos atos praticados nas mesmas.

A partir de 2012, os registradores civis passaram a receber a quantia de R\$11,25 por cada ato, como forma de compensar a gratuidade dos mesmos. A média de repasse mensal aos registradores foi de R\$153.893 no referido ano.

Em decorrência do controle permanente na análise e compensação dos atos gratuitos, todos os registradores receberam a devida compensação no prazo estimado. Em 2013, o valor foi novamente reajustado para R\$11,90 e o montante repassado às serventias ultrapassou R\$260 mil por mês.



**GESTÃO DE PESSOAS**

**BIÊNIO**

**2012**  
**2013**

Na base de todo o processo produtivo de bens e serviços deve prevalecer a valorização das pessoas. Com base nessa visão, a gestão 2012/2013 foi reconhecida pela melhoria das condições de trabalho, em todos os aspectos, com ações que contribuíram para a qualidade de vida e qualificação dos servidores.

No tocante aos ganhos financeiros, merecem destaque a implantação do percentual de 11,98%, a título de URV, e a celeridade nos processos de inclusão da Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ), que resultaram em 920 novas inclusões. Os valores dos auxílios alimentação e saúde foram majorados, passando de R\$330,00 para R\$726,00 e de R\$165,00 para R\$300,00, respectivamente.

As reposições inflacionárias referentes aos anos de 2011 e 2012 foram feitas na ordem de 6,33% e 6,30% para cada ano. Para os magistrados a reposição foi de 5%. A classe ainda obteve a implantação do auxílio-moradia, definido em 10% do seu subsídio.

Foram assegurados, ainda, a avaliação de desempenho dos servidores e as respectivas progressões e promoções nas carreiras. O fiel cumprimento ao Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos garantiu os direitos dos servidores que contribuem para um Judiciário cada dia melhor.

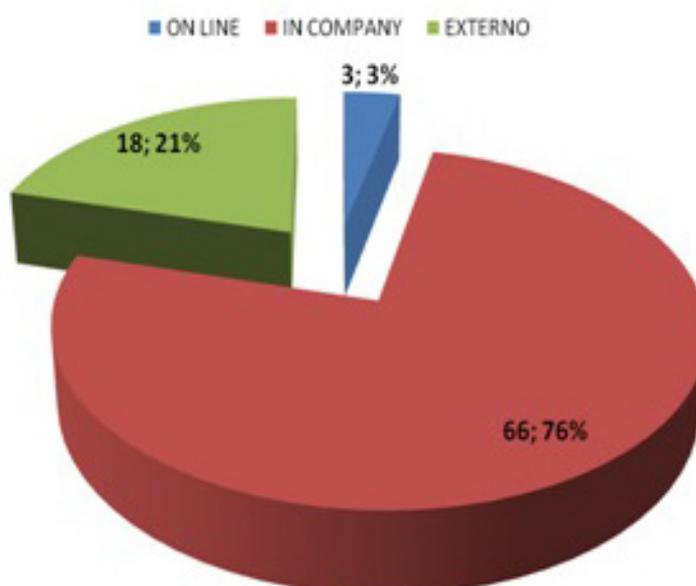
Um arrojado plano de capacitação, com o apoio da Escola da Magistratura, possibilitou a realização de 87 ações de treinamento. As ações foram pautadas nos novos paradigmas de racionalização de tarefas, otimização do trabalho, integração e compartilhamento de informações.

A modernização do processo produtivo e a valorização das pessoas se consolidaram na gestão 2012/2013, como premissas de uma política voltada para superação das práticas obsoletas e com o foco na qualidade e a melhoria contínua do serviço público.

Os cursos de capacitação oferecidos pelo Tribunal criam oportunidade de valorização pessoal e profissional para mais 915 novos servidores nomeados que chegam para compor o quadro de pessoal do Poder Judiciário. Os servidores foram direcionados para a Justiça de 1º grau, com o objetivo de atender as necessidades das entrâncias intermediária e inicial.

*Quadro: Modalidades de Cursos de Capacitação*

### MODALIDADES DOS CURSOS AUTORIZADOS



## PROGRAMA DE ESTÁGIO

Outra ação que não visa somente a dar suporte ao quadro de servidores, mas, sobretudo, oportunidade para classe estudantil é o Programa de Estágio Curricular Supervisionado. A finalidade é proporcionar ao discente complementação educacional e preparação para o trabalho produtivo por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação acadêmica.

O Programa de Estágio Curricular é destinado a ofertar vagas de estágio aos estudantes de cursos do ensino superior, regularmente matriculados em instituições de ensino público ou privados. No ano de 2012 foram admitidos 214 estagiários curriculares e um novo seletivo, com a oferta de 130 vagas, está previsto para janeiro de 2014.

## SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Bem estar e qualidade de vida no trabalho refletem a melhoria da prestação dos serviços ao público. Pensando nisso, foi realizado investimento em saúde ocupacional e distribuídos 2.606 equipamentos ergométricos, adquiridos pela Diretoria de RH, para as unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

Os setores médico e odontológico, que atendem servidores de todo o Estado, receberam novos equipamentos para prestação dos serviços, que se estenderam aos projetos especiais, com o atendimento de solicitações da “Casa da Criança Menino Jesus” e “Casa Abrigo”.

No Poder Judiciário, os servidores são atendidos por uma equipe médica especializada e participam de campanhas de vacinação e prevenção de doenças laborais. Foram mais de 5 mil consultas e cerca de 8 mil atendimentos de enfermagem. As campanhas de vacinação alcançaram quase 2 mil servidores, imunizados contra gripe, hepatite B, difteria, rubéola, sarampo, caxumba, tétano e febre amarela.

No ano de 2012, o setor odontológico recebeu reforço de auxiliares em saúde bucal, contribuindo para a elevação da oferta de vagas aos servidores e seus dependentes. Em comparação a 2011, houve aumento de 30% nos atendimentos. Já em 2013 o número de procedimentos passou de 6.216 para mais de 10 mil, resultado do investimento em infraestrutura e pessoal.

O programa “Qualidade de Vida no Trabalho” imprimiu caráter preventivo, curativo e promocional às atividades de assistência à saúde, contribuindo para o desenvolvimento biopsicossocial dos servidores e seus dependentes, que ainda contaram com o projeto “Bem Viver”, com foco na prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

A saúde biopsicossocial dos servidores e dependentes também foi alvo de acompanhamento. Foram realizadas diversas visitas domiciliares, a fim de prestar serviços psicossociais; orientar e emitir pareceres técnicos para subsidiar liberação e prorrogação de licenças médicas; realizar estudo psicossocial e relatórios técnicos, de acordo com as demandas apresentadas.

Para fortalecer essa atuação, foram mantidas parcerias com instituições como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Hemoterapia do Maranhão (Hemomar), Hospital Nina Rodrigues, Centro de Atenção a Criança e ao Adolescente (CAISCA), Clínica Ruy Palhano, Clínica Santa Marta, além de outros consultórios psiquiátricos e psicológicos.

## BIBLIOTECA

O Poder Judiciário dispõe de uma excelente estrutura para busca de informação e conhecimento. A Biblioteca tem a missão de disponibilizar o acesso às fontes de informação jurídica.

Em 2012 foram adquiridas 552 novas publicações de diversas áreas do Direito, com o objetivo de atender à demanda de pesquisadores e subsidiar o desenvolvimento das atividades administrativas e judiciais.

Dentre as aquisições de obras relevantes, destaca-se a aquisição de duas coleções do “Tratado de Direito Privado”, de Pontes de Miranda, que reúne 61 volumes com abordagem jurídica da atualidade. Quanto ao empréstimo de obras, foram registrados mais de 10 mil.



*Balcão de atendimento ao usuário*

O esforço empreendido na gestão também buscou resgatar e preservar a memória bicentenária do Judiciário Maranhense. Trabalho significativo foi realizado para a transcrição do “Livro de Registro de Testamentos”, do século XVIII, e do “Livro de Registros dos Termos de Posse dos Desembargadores”, de 1813 a 1953. Este último constitui-se em uma obra rara, pois contém informações sobre os primeiros presidentes e desembargadores da corte.

Outras atividades culturais, de cunho literário, foram desenvolvidas. A exposição fotográfica “A Justiça e a Cidade”, em alusão aos 400 anos de fundação de São Luís, apresentou um mural com a trajetória da Justiça Maranhense entre 1612 e 2012 e painéis com resgate de fotos antigas da cidade. Essa mostra contou com a visita de centenas de estudantes da rede pública e particular da cidade.

Visita de estudantes à exposição “A Justiça e a Cidade”.



*Alunos do Reino Infantil*



*Alunos do Educato*



*Alunos do CINTRA*



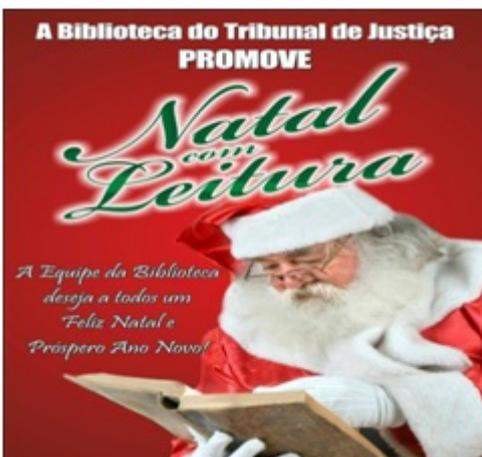
*Alunos da Escola Pedro Marcosine*

Outras atividades para a promoção da leitura e intercâmbio cultural foram feitas, envolvendo servidores, estudantes e sociedade. Os projetos “Troca-troca de conhecimento” e “Natal com leitura” possibilitaram a doação de mais de mil exemplares de obras de diversos gêneros.

*Projeto Troca-Troca de Conhecimento:*



*Projeto Natal com Leitura:*



*Servidores do TJ no Natal com Leitura*



Funcionários terceirizados do TJ,  
participando do evento



Servidoras com os livros escolhidos na  
campanha

## SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A gestão de pessoas também se pautou pela integridade física dos colaboradores. Magistrados e servidores passaram a contar com serviços especializados em segurança pessoal, assim como dos prédios onde exercem suas atividades, com a finalidade de garantir a efetiva prestação dos serviços da Justiça em ambiente seguro.

As iniciativas possibilitaram a ampliação das ações de segurança adotadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. O intercâmbio realizado com tribunais do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, buscou analisar a atuação, as ferramentas e ações para promoção da segurança institucional.

Como resultado, foi criada a Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI). Em seguida, iniciado intenso trabalho, pautado no planejamento das ações, que possibilitou a implantação de novos postos de vigilância armada na capital e interior, ocupados por policiais militares da reserva remunerada e seguranças privados, conforme quadro abaixo:

• Policial Militar da Ativa	92	14%
• Bombeiro Militar da Ativa	19	3%
• Policial Militar da Reserva (capital)	90	13%
• Policial Militar da Reserva (interior)	132	19%
• Agente de Segurança	04	0,6%
• Segurança Armada Privada	344	50,4%

Quadro: Efetivo Utilizado

Em parceria com o comando da Polícia Militar, as armas de fogo e brancas, vinculadas a processos criminais em tramitação, que antes ficavam guardadas no fórum, foram transferidas para local seguro, evitando a permanência desse material nas sedes das comarcas.

Foram retiradas dos fóruns aproximadamente 5 mil armas de fogo e mais de 6 mil armas brancas. As armas relativas a processos que transitaram em julgado foram destinadas ao Exército, para posterior destruição.

Atenção especial foi dispensada ao atendimento às ocorrências registradas por magistrados e servidores, tais como ameaças, roubos, furtos e solicitação de segurança preventiva, passando a ser monitoradas por uma equipe de acompanhamento.

Priorizando a prevenção como medida primordial, a Diretoria de Segurança Institucional promoveu treinamentos voltados à área de segurança para magistrados e servidores, no primeiro semestre de 2013.

Tipo de Ocorrência	Solicitações Feitas	Solicitações Atendidas
Ameaça a Magistrados	11	11
Furto	04	04
Roubo	03	03
Solicitação de Segurança	15	15

Quadro: Ocorrências e atendimento de registros



Foram 185 capacitações com multiplicadores que contemplaram os cursos de “Instrução de Tiro”, “Sistemas e Técnicas de Segurança Aplicadas”, “Treinamento para Composição de uma Brigada de Incêndio” e “Segurança nas Mídias Sociais”.

Alguns pontos críticos no prédio-sede, indicados pelo relatório técnico do Corpo de Bombeiros, sofreram adequações. Dentre as melhorias realizadas, foram revistas as instalações elétricas dos forros e desobstruídas as laterais do prédio, que também passaram por obras de reforma.

Esse trabalho se estendeu aos novos fóruns instalados e àqueles que ainda estavam em construção, com o objetivo de identificar as condições de segurança e as vulnerabilidades das novas instalações prediais, propondo adequações.



Ainda como ação de segurança patrimonial, visando resguardar também a integridade física de servidores e dos usuários, foi concluída em setembro a licitação de equipamentos para instalação do sistema de monitoramento eletrônico em todas as unidades do Poder Judiciário do Maranhão.



PALÁCIO DA  
JUSTIÇA

**GESTÃO DA INFRAESTRUTURA**

**BIÊNIO**

**2012**  
**2013**

Dar continuidade ao projeto de melhoria das unidades judiciais e administrativas, com o objetivo de ofertar uma estrutura física adequada aos servidores, foi um dos compromissos assumidos e cumpridos pela gestão.

Fóruns que se encontravam em fase inicial de construção, com obras paradas ou ainda na planta, foram concluídos e entregues à comunidade. A Justiça estadual passou a contar com 9 fóruns novos, e outros 28 reformados. São obras estruturantes que garantem uma prestação adequada dos serviços e que obedecem a normas de acessibilidade, em harmonia com o fator urbanístico do município local.

O valor destinado para obras já concluídas, em andamento e outras planejadas, alcançaram o montante de R\$ 200 milhões durante a gestão, sendo mais de 90% desse valor aplicado na Justiça de 1º grau. Isso demonstra o compromisso com a melhoria dos serviços judiciais no grau de jurisdição que está mais próximo do cidadão.

Além das construções, foram realizadas reformas ou melhorias estruturais que abrangem o reordenamento dos espaços físicos dos prédios de 11 juizados especiais.



*FÓRUM DA COMARCA DE RIACHÃO*

*Área construída: 427,48 m<sup>2</sup>*

*Valor: R\$ 1.050.449,57*



*FÓRUM DA COMARCA DE CARUTAPERA*

*Área construída: 373,61 m<sup>2</sup>*

*Valor: R\$ 732.643,31*



*FÓRUM DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ*

*Área construída: 427,48 m<sup>2</sup>  
Valor: R\$ 937.999,22*



*FÓRUM DA COMARCA DE PIO XII*

*Área construída: 427,48 m<sup>2</sup>  
Valor: R\$ 984.959,29*



*FÓRUM DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA*

*Área construída: 927,87 m<sup>2</sup>  
Valor: R\$ 1.571.255,14*



*FÓRUM DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO*

*Área construída: 427,48 m<sup>2</sup>  
Valor: R\$ 921.907,85*



#### *FÓRUM DA COMARCA DE MORROS*

*Área construída: 792,89 m<sup>2</sup>*

*Valor: R\$ 1.146.983,50*



#### *FÓRUM DA COMARCA DE SANTA RITA*

*Área construída: 427,48 m<sup>2</sup>*

*Valor: R\$ 1.026.291,62*



#### *FÓRUM DA COMARCA DE ROSÁRIO*

*Área construída: 927,87 m<sup>2</sup>*

*Valor: R\$ 1.246.054,75*

Visando proporcionar mais conforto aos servidores e jurisdicionados, e buscando também a preservação do patrimônio público, diversos fóruns tiveram suas instalações revitalizadas. Receberam reparos os fóruns de Araioses, Arari, Bacabal, Balsas, Brejo, Matinha, Poção de Pedras, Santa Quitéria, São José de Ribamar, Timon e Urbano Santos; além dos reparos realizados no prédio que recebeu o fórum da recém instalada Comarca de Joselândia.

Também entraram no cronograma de obras 10 juizados especiais, a 1ª e a 2ª Vara de Execução Penal e a 1ª Vara da Infância e Juventude e Vara Especial da Mulher de São Luís. Ainda estão em andamento as reformas dos fóruns de Santo Antônio dos Lopes e Vitorino Freire.

Dentre as unidades administrativas, destacam-se as reformas feitas no prédio sede do Judiciário, a construção do Laboratório de Restauração de Documentos Históricos, a recuperação emergencial dos imóveis situados no Centro Histórico de São

Luís e os serviços de adequação e manutenção do Fórum Desembargador Sarney Costa.

A construção de fóruns está em andamento em outras comarcas: Buriticupu, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Porto Franco, Imperatriz, além do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês e Salão do Júri da Comarca de Barra do Corda, algumas dessas unidades estão em estágio final de obras.



*Projeto do novo Fórum de Imperatriz*

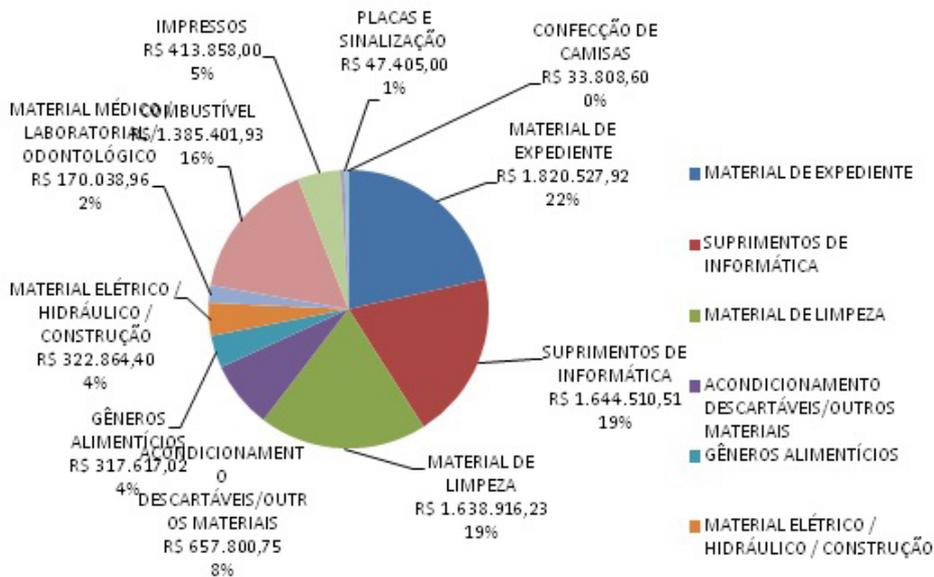
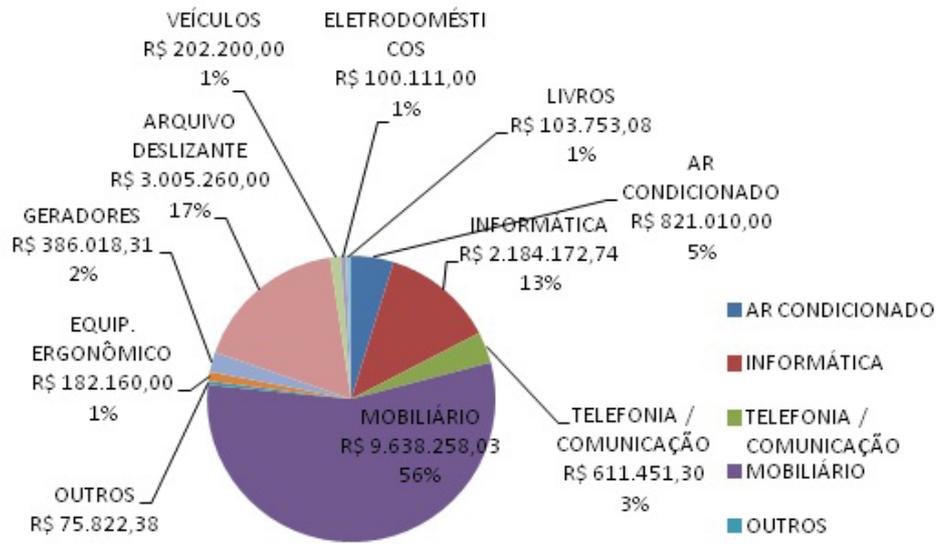
## **MATERIAL E PATRIMÔNIO**

Prover a organização de insumos necessários às realizações de suas atividades é uma tarefa complexa. Para melhorar a infraestrutura de materiais, fazendo chegar, a tempo, em cada uma das 110 comarcas do Maranhão, foi implantado um arrojado planejamento, com base na aplicação de técnicas administrativas e em modernos sistemas de informação, controle e definição da qualidade dos materiais.

A eliminação de procedimentos desnecessários e o foco em objetivos e metas estabelecidas possibilitaram dar celeridade ao processo de cotação de preços. Assim, a gestão garantiu uma média mensal de 15 cotações, assegurando a continuidade dos processos administrativos que objetivam contratação de bens e serviços.

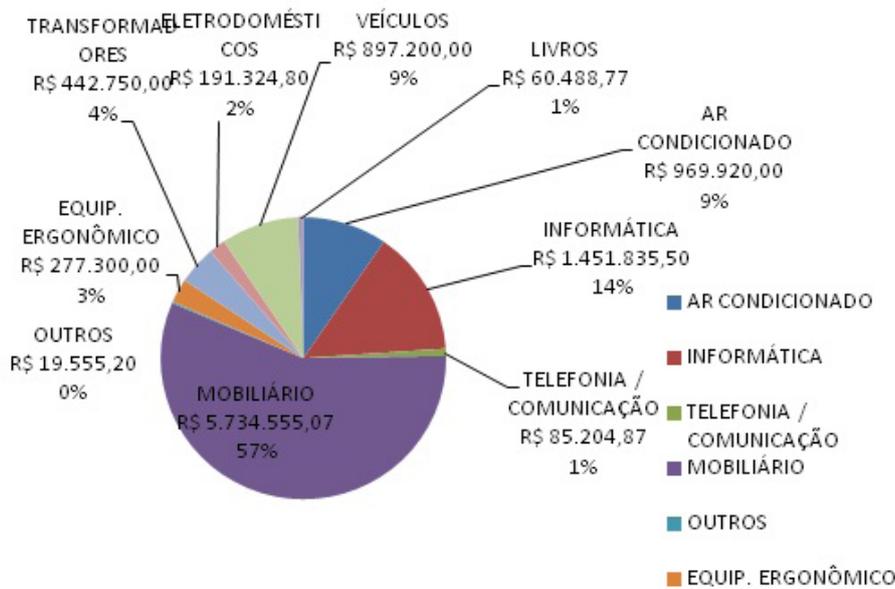
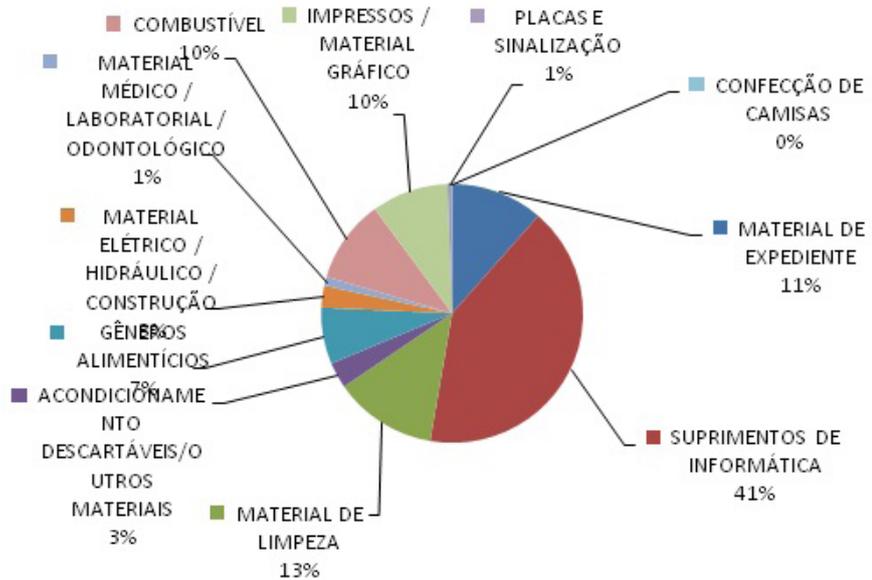
Também foram investidos mais de R\$40 milhões em bens permanentes e de consumo, como veículos, condicionadores de ar, mesas, cadeiras, equipamentos de informática, suprimentos, material de expediente, material médico, entre outros, com a finalidade de suprir as unidades judiciais e administrativas.

Relatório de materiais adquiridos – 2012



Relatório de materiais adquiridos – 2013

1º semestre



## TECNOLOGIA

Para fazer funcionar a complexa organização do Poder Judiciário maranhense, nas comarcas distribuídas em todo o Estado, é necessária uma moderna rede de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, aliada a um quadro de especialistas qualificados. Nesse sentido, foi realizado o investimento possível para assegurar o bom funcionamento da arquitetura tecnológica do Tribunal de Justiça.

Nos últimos dois anos, foram realizados investimentos da ordem de mais de R\$48 milhões, com as principais ações sendo realizadas na rede de dados e telefonia em diversas unidades judiciais, com destaque para os juizados especiais e comarcas do interior. Houve também a instalação e interligação de centrais telefônicas, possibilitando melhor comunicação entre as comarcas.

Estão interligadas as redes de telefonia do Tribunal de Justiça, o Fórum de São Luís, a sede administrativa e as comarcas de Açailândia, Imperatriz e Timon. A Corregedoria também está conectada ao sistema do Tribunal. Entre as unidades integradas, é possível realizar ligações sem custos de chamada, o que resultou na significativa diminuição de gastos com telefonia.

Para gerenciar os dados processados diariamente, foi implantado um novo “Data Center”, que dispõe de gerador de energia e no-break dedicados. A nova infraestrutura custou R\$ 3 milhões e assegurou maior tráfego de informações, garantindo mais segurança e proteção aos procedimentos virtuais.

Com o apoio da Assessoria de Comunicação, o Portal do Poder Judiciário foi totalmente reformulado. Os advogados passaram a dispor de um acesso para inscrição de sustentação oral nos processos e contam, ainda, com o sistema “Push”, que permite receber informações instantâneas da movimentação processual.

Também foram adquiridos e instalados diversos equipamentos, permitindo acompanhar as mudanças tecnológicas e as necessidades de modernização. Avanços foram possíveis, ainda, com as constantes atualizações e desenvolvimento de sistemas e softwares para gerenciamento de serviços administrativos e judiciais. Os sistemas de gerenciamento processuais do 1º e 2º grau, Themis SG e Themis PG, ganharam versões mais arrojadas.

A sociedade passou a contar ainda com um poderoso aliado na solução de conflitos cotidianos. Com a implantação dos centros de conciliação, foi desenvolvido o Sistema “Attende”, um formulário dinâmico pelo qual o cidadão pode agendar uma audiência de conciliação com mais comodidade, disponível no Portal do Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)). Essa ação tem contribuído para o fortalecimento da política de conciliação adotada pelo Tribunal de Justiça.

Reforçando um dos pontos fortes da gestão - o investimento no quadro de pessoal - , as inovações também trouxeram praticidade à vida dos servidores. Sistemas para o controle de consultas médicas e odontológicas e para realização de inscrições em cursos de capacitação e aperfeiçoamento da Escola da Magistratura foram criados e implantados, permitindo considerável ganho de tempo nas solicitações desses serviços. Inovação que tem permitido o melhor gerenciamento dos procedimentos de trabalho e dos recursos materiais.

Nos últimos dois anos, o sistema de gestão de processos administrativos “Digidoc” foi atualizado e o Judiciário passou a contar também com os sistemas de controle de frotas; de patrimônio e suprimentos e de arquivo. Outro sistema desenvolvido foi o “Auditus”, voltado para a gestão das serventias extrajudiciais.

Em parceria com a Coordenação de Material e Patrimônio, foram adquiridos

e distribuídos mais de 2.500 computadores e 2.500 no-breaks para as comarcas do interior. Diversas comarcas ainda receberam kits de gravação de audiência.

O Projeto “Comarca Online” foi realizado em diversas unidades do 1º grau, onde foram implementadas técnicas para inspeção e melhorias de sistemas, manutenção de equipamentos, instalação de programas, dentre outras atividades. Durante o biênio, todas as comarcas foram acompanhadas no tocante à tecnologia da informação. O sistema de juizados especiais (Themis JE) foi integrado ao de 1º grau (Themis PG) em cerca de 80 comarcas.

A celeridade processual também depende da rede lógica, que dá suporte aos sistemas por onde tramitam os processos. Assim, os links de internet tiveram sua capacidade aumentada em 100%, possibilitando melhor acesso da sociedade aos serviços online do Tribunal de Justiça.

São ações que permitiram ao TJMA alcançar a oitava posição entre os tribunais do país em eficiência na área de tecnologia da informação, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Isso é uma prova do reconhecimento ao trabalho planejado e com a visão voltada para o futuro.

O avanço tecnológico continua e o Tribunal de Justiça do Maranhão acompanha as mudanças trazidas com o advento da modernidade, buscando garantir celeridade na prestação dos serviços.

Diante de uma nova configuração social, em que a sustentabilidade tem sido a tônica das organizações, assim como o desafio de continuar atuando com eficiência, o Judiciário estadual iniciou, em 2012, o importante e ousado projeto de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico. A primeira unidade judicial 100% virtual implantada foi o Juizado da Fazenda Pública da comarca de São Luís, em outubro de 2013.

A gestão encerra sua atuação em Tecnologia da Informação com o encaminhamento do planejamento para expansão do projeto de virtualização para outras unidades.



**GESTÃO JUDICIÁRIA**  
**BIÊNIO**

**2012**  
**2013**

A gestão 2012/2013 foi responsável por grandes investimentos em várias áreas, com destaque para a infraestrutura predial e material. Com melhores condições de trabalho, a atuação judiciária alcançou o ápice da produtividade, garantindo a prestação dos serviços de forma célere e eficiente, primando pela segurança jurídica dos atos praticados.

A melhoria constante dos fluxos e processos de trabalho indicam cada vez mais rapidez e eficiência, bem como a confiança da sociedade em uma Justiça mais atuante. Em 2013, a demanda processual no Tribunal de Justiça cresceu ainda mais, chegando a uma média mensal de 2.500 novos processos, revelando um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Até outubro de 2013, 21.842 processos já tinham sido julgados – aumento de 10%.

É graças ao importante trabalho de atualização da movimentação processual que as ações podem ser acompanhadas e devidamente instruídas em tempo hábil, possibilitando agilidade aos julgamentos. Com a adoção de novas rotinas, a sistemática ganhou impulso e saiu de 498 mil em 2012 para mais de 1 milhão de movimentações em 2013.

Com o empenho da Diretoria Judiciária foi implantada uma sala específica para os plantonistas e oficiais de Justiça, aparelhada com infraestrutura de informática, ação que está permitindo a consulta aos processos e facilitando os contatos com as delegacias, Ministério Público e as partes. Para realização de videoconferências e audiências, foi implantada uma sala específica na sede do Tribunal, dispendo de toda infraestrutura necessárias para realização dos atos.

O serviço burocrático ganhou dinamismo, com o cadastramento de CPF e CNPJ de mais de 20 mil partes dos processos em tramitação no Tribunal de Justiça do Maranhão, viabilizando melhor acompanhamento dos processos e a melhor gestão das informações que compõem os bancos de dados da Justiça. Somada a essa ação, foram expedidos dezenas de milhares de certidões cíveis e criminais para interesses diversos.

Em parceria com a Diretoria de Informática, foi possível disponibilizar as decisões e acórdãos diretamente do sistema Themis SG, o que agilizou a publicação e a tramitação do processo. O relatório anual “Justiça em Números”, produzido pelo CNJ, revelou os bons resultados alcançados em 2012 pelo Judiciário maranhense.

Apesar dos 23.097 processos recebidos em 2012, incluindo decisões intraprocessuais, o TJMA conquistou marco inédito em sua história bicentenária, saltando da 26ª posição para a 4ª, dentre os tribunais mais produtivos do país, de acordo com o CNJ. Entre os tribunais do Nordeste, o TJMA ficou em 1º lugar em produtividade e movimentação processual. Dentre todas as cortes estaduais, em 2012, o TJMA foi o 3º do país em julgamento de ações de improbidade e crimes contra administração pública. Em 2013, alcançou a segunda posição.

A consecução das metas do Judiciário nacional também foi buscada com afinco. As metas foram alcançadas em sua quase totalidade, restando prejudicada a consecução da Meta 1, cuja finalidade era de julgar quantidade maior de processos do que os distribuídos no ano.

Considerando o biênio anterior, a demanda processual cresceu cerca de 30% em 2012/2013, o que impactou no alcance da meta, mesmo ocorrendo aumento do número de julgamentos no período.

## **NOVAS UNIDADES JUDICIAIS**

Buscando ampliar ainda mais os serviços judiciais de 1º grau à população, foram instaladas mais oito varas judiciais no fórum da Comarca de São Luís. Na microrregião do Alto Mearim e Grajaú, foi instalada a Comarca de Joselândia.

O sistema de juizados especiais foi reestruturado, com reformas e instalação de novas unidades, assim como a instalação de 8 turmas recursais, que passaram a atuar de forma descentralizada, atendendo às comarcas que compõem cada polo judicial do Estado. Antes as turmas estavam concentradas em São Luís e Imperatriz.

A prestação jurisdicional ganhou impulso, ainda, com a construção de 9 fóruns e a reforma de outras 28 casas da Justiça. Outros juizados, varas e unidades administrativas ganharam nova infraestrutura, resultando em melhores resultados ao cidadão.

Em outubro de 2013, foi instalado o 14º Juizado Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís, que passou a funcionar na Avenida dos Holandeses, no bairro Olho d'Água.

## **COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS**

A Coordenadoria de Precatórios foi implantada pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, em razão da necessidade de aprimoramento na tramitação dos precatórios e requisições de pequeno valor, conforme previsão do artigo 1º da Recomendação nº 39 do Conselho Nacional de Justiça. A supervisão dos procedimentos foi entregue ao juiz auxiliar da Presidência, José Nilo Ribeiro Filho, conforme Portaria nº 708/2012.

Desde a criação, em março de 2013, a Corte recebeu 4.306 processos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV). Um total de 905 alvarás para levantamento do pagamento já foi emitido em favor dos credores, movimentando cerca de R\$ 16 milhões. A criação de uma estrutura específica no Tribunal para o encaminhamento dos precatórios racionalizou o serviço e agilizou o andamento dos processos.

Em 2013, o TJMA efetuou o pagamento de R\$ 16.281.879,83 relativos aos precatórios da lista geral do exercício de 2011. Também estão sendo pagos R\$ 13.798.838,60 em dívidas judiciais de natureza alimentar do exercício de 2012, conforme os recursos disponibilizados até novembro de 2013 pelo Poder Executivo estadual.

Ao final da gestão, restou ainda um montante a pagar, pelo Estado, de R\$ 47.381.928,43 referentes às dívidas com processos alimentares e mais R\$ 91.921.085,47 da lista geral do exercício de 2012, com pedido registrado no protocolo do Tribunal até 1º de julho de 2011. Os débitos de natureza alimentícia são decorrentes de salários, vencimentos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez e são pagos preferencialmente.

Durante a gestão, o Executivo municipal fechou acordo com o TJMA para quitação das dívidas vencidas, com a liberação do valor de R\$800 mil. O Município de São Luís pagou R\$13.851,50 em 2004 e R\$6.145.934,98 em 2008. Resta ainda um saldo devedor de R\$32.604.242,76.

Conforme determina a legislação vigente, os precatórios judiciais cujos requerimentos ingressaram até o dia 1º de julho de 2012, devem ser pagos pelas fazendas públicas até 31 de dezembro de 2013. Precatórios e RPV's vencidos podem ser cobrados pela parte mediante pedido de sequestro junto ao protocolo judicial do TJMA. Estados e municípios inadimplentes podem ter o Fundo de Participação bloqueado.

O atendimento prestado pela Coordenadoria de Precatórios funciona no segundo pavimento do Palácio da Justiça, na Praça D. Pedro II, s/nº, Centro. Dez servidores trabalham no atendimento, preparo das decisões e atos necessários ao encaminhamento dos precatórios e RPVs. Mais três auxiliares cadastram os processos. A distribuição dos processos é feita diariamente, considerando as providências urgentes e as diárias.

Os credores podem consultar a lista de precatórios no endereço eletrônico do TJMA na internet (<http://www.tjma.jus.br/tj/publicacoes/sessao/608>), onde são publicados editais de convocação dos credores, listas de precatórios e modelo da requisição de pagamento.

## NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nu-Consenso) foi instituído pela Resolução nº 10/2011, em observância à determinação constante da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Composto de magistrados e servidores, o Núcleo é o órgão responsável por desenvolver a política estadual de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário, auxiliando a Presidência do Tribunal de Justiça, mediante assessoramento especializado nas ações dessa natureza e difundindo os meios alternativos de solução de conflitos.

### Atual composição do NuConsenso

Em conformidade à Portaria nº 208/2012, o Núcleo é formado pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (presidente); pelos juízes Nelson Melo de Moraes Rêgo, Márcia Cristina Coelho Chaves, Alexandre Lopes de Abreu e Antônio Luiz de Almeida Silva; e a servidora Josiane de Jesus Fonseca da Silva Santos.

### Atendimentos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs)

Disponibilizados à população maranhense, os Cejuscs são espaços neutros nos quais o conciliador auxilia as partes envolvidas em um conflito a restabelecerem uma comunicação eficiente voltada à resolução consensual do problema.

A solicitação do agendamento de uma audiência de conciliação pode ser feita pelas partes, por advogados e defensores, e por juízes e promotores, presencialmente, nas sedes dos Cejuscs e pela Internet, mediante formulário eletrônico disponibilizado no site do Tribunal. Ou, ainda, por meio do Telejudiciário (0800-707-1581).

AÇÕES EXECUTIVAS 1º e 2º CEJUSCS (SÃO LUÍS) NOV/2012 A SET/2013	
Requisições de audiências	1482
Audiências realizadas	795
Audiências com acordo	546
Audiências sem acordo	249

AÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO NPMCS	
Implantação de Cejuscs	11
Turmas de formação de Conciliadores	7
Conciliadores formados	237
Palestras	7
Parcerias	8

## Principais atividades desenvolvidas

### Treinamentos:

- Capacitação básica em mediação judicial  
Comarca: São Luís  
Público-alvo: 24 servidores (06 conciliadores dos Cejuscs e 18 de Juizados Especiais)  
Período: agosto de 2012
- Curso de Técnicas de Conciliação e Mediação  
Comarca: Imperatriz  
Público-alvo: juízes e servidores  
Período: agosto de 2012
- I Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Voluntários  
Comarca: São Luís  
Público-alvo: 81 conciliadores voluntários  
Período: setembro de 2012
- Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Voluntários  
Comarca: Imperatriz.  
Público-alvo: 42 conciliadores voluntários  
Período: outubro e novembro de 2012
- Curso: Política pública de tratamento adequado de conflitos de interesses  
Comarca: São Luís  
Público-alvo: magistrados  
Período: março de 2013
- Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Voluntários  
Comarca: Bacabal  
Público-alvo: 30 alunos dos cursos de Direito e de Administração da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Faculdade de Educação de Bacabal (FEBAC)  
Período: junho de 2013
- Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Voluntários  
Comarca: São Luís  
Público-alvo: 30 alunos da Faculdade do Maranhão (FACAM)  
Período: junho de 2013
- Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Voluntários  
Comarca: São Luís  
Público-alvo: 35 alunos do UniCeuma (Renascença)  
Período: setembro de 2013
- Capacitação em conciliação  
Comarca: Caxias  
Público-alvo: 30 voluntários atuantes nos Cejuscs da comarca  
Período: outubro de 2013



## Instalação de Cejuscs

- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania em Imperatriz, no campus da Facimp – Faculdade de Imperatriz.

Data: 3 de setembro de 2012

- Centros localizados no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e na Rua do Egito (Centro) de São Luís.

Data: 12 de novembro de 2012

- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos campi I e II do Centro Universitário do Maranhão (CEUMA), localizados nos bairros do Renascença e da Cohama, respectivamente.

Data: 13 de novembro de 2012



Em 2013 foram instalados cinco novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, sendo 01 (um) na Capital, 01 (um) em Balsas, 01 (um) em Caxias e 02 (dois) em Bacabal.

## Parcerias

Foram celebrados convênios entre o TJMA e diversos parceiros, como a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, por intermédio da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon), OAB-MA, Defensoria Pública, UEMA, UFMA, CEUMA, FACAM, CEMAR, CAEMA, Oi/Telemar, Vivo, Frangere/Gafisa, Seguradora Líder, Fiema, entre outros.



## Mais ações

**Intercâmbio** - Em agosto de 2012, o juiz Nelson Rêgo visitou a Central de Mediação, Conciliação e Arbitragem de Recife (PE), a fim de avaliar o funcionamento do sistema de conciliação vigente naquele Estado e reunir informações para subsidiar a instalação de órgãos semelhantes no Maranhão.

**Reconhecer é Amar** - Em outubro de 2012, o Núcleo cedeu, em caráter temporário, servidores capacitados em conciliação e mediação, com a finalidade de auxiliar a 1ª Vara da Família na realização de audiências de conciliação do projeto “Reconhecer é Amar”.



**Semana Nacional de Conciliação** - Em 2012, o Núcleo participou da VII Semana Nacional de Conciliação e apoiou a realização de audiências de conciliação da 4ª Vara de Família da Comarca de São Luís. Durante os preparativos para a VII Se-

mana Nacional de Conciliação, o Núcleo promoveu reuniões com diversas empresas, como Vivo e Banco do Brasil, com o objetivo de sensibilizá-las sobre a importância da resolução consensual de conflitos.

Em 2013, além de promover audiências pré-processuais e de apoiar a realização de audiências processuais das diversas unidades jurisdicionais do Poder Judiciário estadual, os Cejuscs, em parceria com o Telejudiciário, disponibilizaram formulário eletrônico específico e o Telejudiciário (0800-707-1581) para os interessados receberem solicitações de inclusão de processos na pauta da VIII Semana Nacional de Conciliação.

**Apresentação de projeto de resolução** - Por intermédio do processo administrativo nº 36771/2012, foi apresentado à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos projeto de resolução objetivando disciplinar o funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

**Ação Global** - Em maio de 2013, o Núcleo participou da Ação Global, ocorrida na Cidade Universitária do Campus do Bacanga. Foi realizado o agendamento de audiências de conciliação e esclarecimento à população a respeito dos métodos consensuais de solução de conflitos.



**Pautas Concentradas** - A fim de promover uma cultura de paz, divulgar os serviços dos Centros e apoiar as atividades de diversas unidades jurisdicionais, os Cejuscs realizaram diversas pautas concentradas, destacando-se as seguintes: 1ª Semana Especial da Conciliação de Bacabal; CAEMA; Franere, Gafisa e Tenda; Condomínio Village das Palmeiras; CEMAR; Banco GMAC; Seguradora Líder (DPVAT) e Procon.



**Sistema Attende** - Em parceria com o Telejudiciário e a Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas (DIA), o Núcleo desenvolveu um módulo específico no Sistema Attende, que proporciona a gestão das requisições de audiências de conciliação, desde o cadastramento até a homologação judicial do acordo eventualmente obtido. Devido a esse sistema, o cidadão tem a comodidade de requerer o agendamento de uma audiência por telefone (0800-707-1581), ou pela Internet, podendo acompanhar toda a tramitação de sua requisição.

A screenshot of a web-based electronic form titled 'Formulário Eletrônico do Centro de Conciliação do TJMA'. The form includes fields for 'Requerente(s)', 'Requerido(s)', and a 'Processado?' checkbox. Below these fields is a section labeled 'Relatório dos Fatos' with a large text area for input.

**Prêmio Inovare** - A criação e a utilização pelos Cejuscs de um módulo específico do Sistema Attende para gerir o trâmite das requisições de audiências de conciliação chamaram a atenção da banca avaliadora da 10ª Edição do Prêmio Inovare

(“A Justiça do Século XXI”). Por sua inovação, a prática foi uma das selecionadas pela comissão do citado concurso e concorreu com outras boas práticas de todo o país.

**Expressinhos** - No mês de maio de 2013, no Cejusc (Rua do Egito), foram inaugurados os “expressinhos” da Oi/Telemar e da Cemar, por meio dos quais o cidadão pode buscar uma solução satisfatória e célere para questões, processuais ou não, relacionadas aos serviços dessas empresas.



**GESTÃO DA COMUNICAÇÃO**

**BIÊNIO**

**2012**  
**2013**

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA (ASSCOM) possui no seu quadro funcional jornalistas, relações públicas, radialistas, publicitários e fotógrafo que levam informação de qualidade à população.

A ASSCOM desenvolve estreito relacionamento com a imprensa, intermediando a divulgação de ações e projetos do Judiciário, atendendo às solicitações dos veículos de comunicação e facilitando o acesso às fontes do Poder Judiciário.

A comunicação institucional conta, ainda, com a colaboração das equipes de profissionais das equipes da Corregedoria, Esmam e Fórum de São Luís.

### Notícias

O noticiário é produzido pelas assessorias de comunicação do Tribunal, Corregedoria e Escola Superior da Magistratura, e enviado diariamente a centenas de órgãos de imprensa e jornalistas do Maranhão e do país.

Além da cobertura das atividades da presidência, vice-presidência e desembargadores, a assessoria do TJMA é responsável por boletins semanais exclusivos para rádios da capital e interior, com alcance superior a 40 municípios.

O Judiciário estadual consolidou 9.243 notícias institucionais na mídia em 2012. De janeiro a novembro de 2013 foram 14.248 notícias incluindo jornais, internet, rádios e tevês.

Quadros: Inserções de notícias

2012	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Impresso	314	-	-	-	800	507	619	623	528	500	505	510	4906
Internet	165	-	-	-	308	203	200	248	265	306	333	233	2261
Radio	79	-	-	-	108	95	117	106	106	125	105	134	975
Televisão	59	-	-	-	122	135	141	151	90	101	164	138	1101
<b>TOTAL</b>	<b>617</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1338</b>	<b>940</b>	<b>1077</b>	<b>1128</b>	<b>989</b>	<b>1032</b>	<b>1107</b>	<b>1015</b>	<b>9243</b>

2013	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
Impresso	545	398	536	593	732	580	534	662	477	594	510	6161
Internet	281	257	336	421	491	305	404	478	351	361	277	3962
Radio	130	111	88	107	188	135	206	283	180	328	214	1970
Televisão	131	102	138	147	295	198	156	311	198	260	219	2155
<b>TOTAL</b>	<b>1087</b>	<b>868</b>	<b>1098</b>	<b>1268</b>	<b>1706</b>	<b>1218</b>	<b>1300</b>	<b>1734</b>	<b>1206</b>	<b>1543</b>	<b>1220</b>	<b>14248</b>

### Portal

ANO	Visitantes	Visitantes de páginas	Duração média de visitas	Porcentagem de novas visitas
2012	2.177.514	5,2 milhões	04:04	20,63%
2013	4.672.846	12,2 milhões	03:58	17,71%

## Site

O portal do Poder Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) é a principal ferramenta de comunicação com a sociedade. Nesse endereço eletrônico, o cidadão consulta notícias, atos administrativos, atas de sessões administrativas, processos judiciais (Jurisconsult), atos administrativos, editais, legislação, tabela de plantão judiciário, ações dos projetos especiais, tabela de telefones e solicita audiências de Conciliação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, dentre outras conteúdos.

A versão atual do portal, desenvolvida em 2011, foi lançada em junho de 2012, após reformulação feita pela Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Diretoria de Informática), sob a orientação e supervisão do Comitê Gestor do Portal - este formado pelas assessorias de Comunicação da Presidência, da Corregedoria e da Esmam, ganhando uma nova roupagem.

O portal ganhou uma apresentação mais arrojada e moderna; páginas internas com idêntico destaque para as notícias do Tribunal de Justiça, Corregedoria (incluindo o Fórum de São Luís e de comarcas) e Esmam; novo padrão de cores e conteúdo atualizado; criação de links/ quadros de serviços ao cidadão, recursos de busca e novas funcionalidades.

Desde o lançamento do novo formato, o portal passou a ser cada vez mais visitado. De janeiro a novembro de 2013, o portal do Poder Judiciário recebeu 4.672.846 visitas, com cerca de 12.251.860 visualizações de página.

No ano passado, o portal somou 2.177.514 visitas e cerca de 5,2 milhões de visualizações de páginas. O levantamento, também validado pelo sistema de análise do Google, abrangeu de julho a dezembro de 2012, quando o fluxo on-line começou a ser medido mensalmente.

## Redes Sociais – Ampliação de canais internos e externos

Ao constatar a necessidade crescente de expandir os canais de comunicação do Tribunal com seus públicos (interno e externo) e de interagir com eles de forma mais eficaz, divulgando informações de interesse público, aprimorou a comunicação por meio das redes sociais Facebook e no Twitter, criadas em 2011.

Pelas redes sociais mencionadas, os usuários dos serviços da Justiça podem acessar, compartilhar, “curtir” e emitir opiniões acerca de notícias, fotos, vídeos e pautas das sessões plenárias, das câmaras isoladas (cíveis e criminais) e reunidas.

Em pouco mais de dois anos, mais de 3.837 usuários “curtiram” o perfil do Tribunal de Justiça no facebook. No Twitter, são mais de 3.721 seguidores, entre magistrados, servidores, juristas, autoridades, e o público em geral, por meio do endereço [www.twitter.com/TJ\\_MA](http://www.twitter.com/TJ_MA).

Com esses canais, o Tribunal interage com o público, responde às demandas e se aproxima do cidadão, dando transparência às informações de interesse da sociedade.

## Monitores

Com vistas a divulgar serviços e informações úteis referentes ao órgão, a Assessoria de Comunicação reativou o serviço de publicação de informativos por meio dos monitores de LCD, instalados na sede do prédio.

## Revista

A ASSCOM relançou neste ano a sua revista institucional, com linguagem objetiva e clara, com foco nas notícias acerca dos projetos e ações de maior relevância do Judiciário maranhense. A primeira publicação foi lançada em 2003.



## Revista Especial 200 anos

A edição comemorativa do bicentenário do TJMA (4 de novembro de 2013), com 78 páginas, foi publicada no bojo das ações de comunicação social comemorativas do aniversário da instituição. Traz uma série de 15 reportagens especiais que resgatam a origem, a trajetória e momentos marcantes da Corte estadual de Justiça, da época da sua instalação, no ano de 1813, até os dias atuais.

## Boletins de Rádio

A Assessoria de Comunicação produz, diariamente, boletins informativos acerca de ações e projetos de maior destaque do Poder Judiciário do Maranhão e de interesse relevante ao cidadão. Os boletins são distribuídos a diversas emissoras de rádio da capital e do Estado.

## Calendário Forense

Os calendários oficiais do Poder Judiciário de 2012 e 2013, contendo telefones úteis e previsões de feriados forenses, pontos facultativos, suspensão de expediente, aniversários dos municípios foram publicados e distribuídos aos magistrados, autoridades judiciárias e servidores. A edição de 2013 abordou a temática dos 200 anos do TJMA.



## CAMPANHAS

A Assessoria de Comunicação, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA e a Vara Especial de Combate à Violência Contra a Mulher de São Luís, realizaram ações conjuntas para denúncias e conscientização sobre a violência contra mulheres.

## Carnaval

O combate à violência contra a mulher foi alvo de campanha do (TJMA) no carnaval de 2012. Com o tema “Leve a alegria do carnaval para sua casa. Diga não a violência”, a iniciativa teve o objetivo de prevenir o aumento da violência de gênero no período carnavalesco, que tem como um dos fatores agravantes o abuso no consumo de bebida alcoólica.

“Diga não a Violência e entre no Bloco da Paz” foi o tema da campanha de

Carnaval de 2013. A mensagem da campanha chegou aos foliões da capital por meio de outdoors, cartazes e ônibus do transporte coletivo. O bloco da paz teve como proposta denunciar a violência contra a mulher e conscientizar a população para o grave problema social.



2012



2013

### Lei Maria da Penha

A Campanha teve como objetivo difundir temas como igualdade de gênero e o papel do homem e da mulher na sociedade, além de incentivar ações preventivas contra a violência no ambiente doméstico – uma das medidas previstas na Lei Maria da Penha.



### 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres



### Consumo Consciente

A iniciativa implementada pela Assessoria de Comunicação visa ao consumo consciente e a responsabilidade ambiental, por meio do uso de copos permanentes em substituição aos copos descartáveis feitos com material poluente, que leva anos para se decompor. Os copos usados hoje são feitos de material acrílico durável, identificados com a marca do projeto “A mudança começa em mim”.

## Expoema

A Assessoria de Comunicação coordenou o estande do TJMA na 57ª edição da Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema). Com o apoio de setores como a Diretoria Administrativa, Diretoria de Informática; Biblioteca; Telejudiciário; Ouvidoria; Coordenadorias de Apoio Administrativo, Arquivo e Documentos Históricos e Divisão de Transportes, foram disponibilizados diversos serviços ao cidadão.

Os visitantes do estande receberam o kit informativo dos 200 anos do TJMA – incluindo cartilha, selo, folder e a cronologia da Justiça Estadual.



## Cursos

Durante a gestão, a Assessoria de Comunicação, em parceria com a Esmam, promoveu cursos de atualização para jornalistas das assessorias de comunicação do Judiciário e convidados.

Os cursos de “Redação e Estilo” e “Redação na Web”, ministrados pela empresa Comunique-se Educação Corporativa, tiveram o objetivo de aprimorar os conhecimentos dos profissionais de comunicação do Judiciário, mantendo e atualizando conhecimentos sobre as diversas mídias incorporadas ao jornalismo e promoveram a troca de experiências com jornalistas de veículos de imprensa e instituições ligadas à Justiça.

Também foi realizado o Treinamento de Mídia (Media Training), voltado para magistrados, com vistas a capacitar os porta-vozes da Justiça no relacionamento com a imprensa, explorando suas competências comunicacionais e orientando-os a potencializar as entrevistas concedidas aos veículos de comunicação.

O Media Training discutiu, ainda, o papel dos participantes como representantes institucionais, fornecendo subsídios para a compreensão de suas responsabilidades na construção da imagem da instituição e preparando-os para fazer uso eficiente dos meios de comunicação.



*Curso de mídia training*



*Curso de webjornalismo*

## OUVIDORIA

A Ouvidoria, criada em 2010, é um importante canal de comunicação com o cidadão para recebimento de dúvidas, reclamações, denúncias, sugestões, críticas e elogios sobre os mais variados temas: andamento processual, atendimento feito por servidores e magistrados, cartórios extrajudiciais, dentre outros.

No primeiro semestre de 2013, o órgão bateu recorde no número de atendimentos, desde a sua criação. No período entre 1º de janeiro e 30 de novembro, foram 2.946 manifestações originadas de todo o Estado, superando o total de registros em 2012, quando 1.576 usuários consultaram o órgão.

As manifestações recebidas são encaminhadas aos setores competentes do Poder Judiciário, que têm 20 dias úteis de prazo para informar o cidadão sobre as providências e resultados obtidos.

O setor funciona no subsolo do Shopping Jaracati (localizada na Av. Carlos Cunha, nº 3000) e atende pelo 0800-707-1581 (telejudiciário).

### Audiências Públicas

A Ouvidoria realizou audiências públicas nos bairros da capital e do interior, com o objetivo de fomentar a aproximação da Justiça com a comunidade, principalmente a de menor poder aquisitivo. Nessas ocasiões, recebeu reclamações, denúncias, críticas e sugestões dos usuários dos serviços prestados pela Justiça estadual.

No ano de 2012 foram realizadas 5 (cinco) audiências públicas:

- 1) Cidade de Santa Inês/MA: 6/03/2012
- 2) Capital: bairro Cidade Operária: 13/04/2012
- 3) Cidade de Imperatriz: 23/04/2012
- 4) Capital: bairro Cohab: 28/08/2012
- 5) Capital: bairro Anjo da Guarda: 27/11/2012

Em 2013, foram realizadas audiências públicas nos bairros Caratatiua e Liberdade, em São Luís. Os relatórios foram encaminhados ao Presidente do TJMA, ao Corregedor-Geral de Justiça e à Ouvidoria do CNJ, para conhecimento das atividades e, principalmente, dos anseios das comunidades dos locais dessas reuniões.



*Ouvidor na condução do evento, realizado no auditório da União de Moradores do Bairro Caratatiua.*



*Ouvidor na condução do evento, realizado no auditório do Centro Social Urbano Comunitário – CSU da Cohab.*



Vista frontal da sede da Ouvidoria do TJMA, no térreo do Jaracati Shopping

## TOTAL DO ANO DE 2012

### Quantidade por mês:

RELATÓRIO RESUMIDO DE MANIFESTAÇÕES - 2012													
DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Quantidade por mês	104	105	150	114	188	140	134	121	91	114	145	170	1576
Média de Manifestações Diárias	5	6	7	7	9	8	6	7	4	7	7	9	80

### Quantidade por tipo de manifestação:

TIPO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Reclamação	93	96	134	102	173	116	118	104	77	102	105	104	1324
Pedido de Informação	3	0	5	2	1	1	2	3	3	10	26	42	98
Dúvida	4	4	6	6	3	8	7	2	2	1	2	11	56
Denúncia	1	4	4	3	2	6	2	9	3	0	5	6	45
Sugestão	1	1	1	1	9	6	2	1	2	0	1	2	27
Outros	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	6	5	16
Elogio	2	0	0	0	0	3	2	1	2	0	0	0	10
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>105</b>	<b>150</b>	<b>114</b>	<b>188</b>	<b>140</b>	<b>134</b>	<b>121</b>	<b>91</b>	<b>114</b>	<b>145</b>	<b>170</b>	<b>1576</b>

## QUANTO À ORIGEM

ORIGEM	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Telejudiciário	34	54	74	68	81	65	62	58	37	54	44	42	673
E-mail	18	20	31	16	45	35	41	30	19	24	15	15	309
Formulário Eletrônico	19	10	11	14	20	16	3	9	13	13	46	76	250
Presencial	16	13	15	7	21	12	16	4	7	9	20	16	156
Ouvidoria CNJ	2	0	12	8	16	6	9	10	9	14	12	13	111
Telefone	14	7	7	1	5	6	3	5	5	0	4	4	61
Ouvidoria MP	0	1	0	0	0	0	0	5	1	0	4	0	11
Petição	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Fale Conosco - Presidência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Fale Conosco - Corregedoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>105</b>	<b>150</b>	<b>114</b>	<b>188</b>	<b>140</b>	<b>134</b>	<b>121</b>	<b>91</b>	<b>114</b>	<b>145</b>	<b>170</b>	<b>1576</b>

**ANO 2013** (Período: 1º de janeiro a 30 de novembro de 2013)

**Quantidade por mês:**

RELATÓRIO RESUMIDO DE MANIFESTAÇÕES - 2013													
DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL	
Quantidade por mês	230	253	258	308	298	239	247	223	300	339	251	2946	

**Quantidade por tipo de manifestação**

TIPO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL
Reclamação	151	184	178	200	217	166	176	160	205	267	193	2097
Pedido de Informação	53	48	56	78	52	50	46	47	56	42	39	567
Denúncia	9	4	7	9	7	9	15	5	11	17	2	95
Dúvida	5	4	6	11	9	9	3	4	8	8	3	70
Outros	11	9	5	3	3	2	1	4	7	3	6	54
Elogio	0	2	2	4	1	2	3	1	10	1	6	32
Sugestão	1	2	4	3	3	1	3	2	3	1	2	25
Recurso	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>230</b>	<b>253</b>	<b>258</b>	<b>308</b>	<b>298</b>	<b>239</b>	<b>247</b>	<b>223</b>	<b>300</b>	<b>339</b>	<b>251</b>	<b>2946</b>

## COMPARATIVO DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELA OUVIDORIA

COMPARATIVO			
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013*
Quantidade de manifestações	903	1576	2946*

\*até dia 30/11/2013

ASSUNTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL
Morosidade Processual	125	152	145	161	171	139	145	129	163	223	161	1714
Outros	3	7	7	8	8	6	9	9	12	11	4	84
Reclamações sobre o atendimento dos servidores	3	7	4	7	12	5	11	10	6	9	8	82
Reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais	7	6	4	5	7	7	3	5	10	9	3	66
Competência da Corregedoria	4	0	6	1	5	2	3	1	8	4	5	39
Problemas no site do Tribunal	5	3	6	8	2	1	0	1	2	5	6	39
Sumiço de Processos	0	5	1	3	8	2	3	0	1	2	3	28
Competência da Coordenadoria dos Juizados Especiais	2	4	4	4	1	1	1	1	1	4	0	23
Ausência de Magistrados na Comarca	2	0	1	3	3	3	1	4	2	0	3	22
<b>TOTAL</b>	<b>151</b>	<b>184</b>	<b>178</b>	<b>200</b>	<b>217</b>	<b>166</b>	<b>176</b>	<b>160</b>	<b>205</b>	<b>267</b>	<b>193</b>	<b>2097</b>

ORIGEM	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL
Formulário Eletrônico	68	96	97	102	116	88	65	45	106	116	96	995
Telejudiciário	61	66	68	97	90	86	114	100	115	105	90	992
E-mail	14	22	28	33	18	20	28	32	27	27	14	263
Fale Conosco - Corregedoria	23	23	17	31	22	15	8	9	19	25	18	210
Fale Conosco - Presidência	27	15	26	20	22	17	12	15	13	23	10	200
Presencial	15	18	9	18	17	1	9	9	2	20	3	121
Ouvidoria CNJ	18	11	10	4	11	9	11	10	11	12	12	119
Telefone	3	0	3	2	2	1	0	0	3	7	3	24
Ouvidoria MP	0	0	0	1	0	0	0	3	3	1	1	9
Petição	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	4	8
Digidoc	1	2	0	0	0	1	0	0	0	1	0	5
<b>TOTAL</b>	<b>230</b>	<b>253</b>	<b>258</b>	<b>308</b>	<b>298</b>	<b>239</b>	<b>247</b>	<b>223</b>	<b>300</b>	<b>339</b>	<b>251</b>	<b>2946</b>

## Sic

Buscando adequar-se à Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18/11/2011, o TJMA instituiu, por meio da Resolução nº 38/2012, o Serviço de Informações ao Cidadão (Sic), que assegura o acesso a informações públicas, de interesse coletivo ou geral.

A equipe da Ouvidoria é responsável pelo recebimento, registro, controle e resposta das solicitações de informações encaminhadas ao órgão. Os usuários podem fazer os pedidos por meio de correspondência endereçada à Ouvidoria, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h; ou por formulário eletrônico disponibilizado no site do TJMA, no quadro Sic.

No período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2013, foram registrados 567 pedidos de informação. Em 2012, foram 98. Além disso, foram cadastrados 6 recursos com base na Lei nº 12.527/2011.

COMPARATIVO		
DESCRIÇÃO	2012	2013
Quantidade de pedidos de informação	98	567

*Quadro: demanda após a criação do SIC do TJMA.*

## TELEJUDICIÁRIO

Criado em 1997, o Telejudiciário é um canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário, que atende pela plataforma 08007071581, de segunda a sexta, das 8h às 18h.

O serviço gratuito oferece orientações sobre como ingressar com uma ação na Justiça, documentação necessária e os órgãos competentes para receber e julgar ações, plantão judiciário, concursos, julgamentos e outros assuntos relacionados à prestação jurisdicional.



Em dezembro de 2012, foi instalada a nova central telefônica e o novo sistema de controle da gestão do “call center”, com serviços prestados pela operadora de telefonia “Oi” e atendendo também pelo número 3198-4300.

Houve aquisição duas novas máquinas, dispondo-se agora de 10 (dez) pontos de atendimentos na divisão. Com essa modernização, durante o biênio 2013/2013 foi possível o acompanhamento mais eficiente das atividades realizadas pelo Telejudiciário, destacando-se a possibilidade de monitoria em tempo real e de gravação dos atendimentos.

Além disso, foi possível a comunicação gratuita com as outras unidades do TJMA, Fórum de São Luís e algumas comarcas do interior. Todas estas funcionalidades representam mecanismos para o alcance da tão desejada excelência na prestação dos serviços oferecidos aos usuários.

A equipe formada por 16 atendentes, um supervisor e dois auxiliares registra, em média, três mil ligações por mês, distribuídas num leque de 35 serviços diferenciados.

## Atendimento

Nos seis primeiros meses deste ano, o serviço telefônico registrou mais de 16 mil atendimentos. O número corresponde a 44% do total de ligações recebidas no ano de 2012, quando foram atendidos 37.862 chamados.

### RELATÓRIO RESUMIDO DE ATENDIMENTOS - 2012

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Total de atendimentos	3609	2644	3374	2440	3485	3065	3495	4136	3145	3388	3016	2065	37862
Média de Atendimento diário	164	147	153	144	158	170	159	180	165	154	159	115	1868

### RELATÓRIO RESUMIDO DE ATENDIMENTOS - 2013

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL	MÉDIA
Total de atendimentos	2267	2769	2388	3331	2872	3057	3566	3234	3195	3087	2575	32341	2940
Média de Atendimento diário	103	163	132	151	146	153	155	147	152	140	129	1571	143

## Solicitações

As consultas sobre órgãos e membros da Justiça estadual (5.539) correspondem ao maior número de solicitações, seguidas de informações sobre processos que tramitam na Justiça de 1º e 2º graus e juizados especiais (3.931).



**PROJETOS ESPECIAIS**

**BIÊNIO**

**2012**

**2013**

## COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS

A Coordenadoria de Atividades Especiais da Presidência (CAEP) tem como objetivo desenvolver trabalhos na área social, ligados aos segmentos da mulher e da criança.

Em 2013, houve uma divisão das atividades, antes destinadas a Coordenadoria de Atividades Especiais, conforme a Resolução GP nº 92013, do dia 01 de fevereiro de 2013. Foi criada a Coordenadoria Especial da Infância e Juventude, que passou a coordenar os projetos Casa da Criança e Creche Desembargadora Judith Pacheco. A Coordenadoria de Atividades Especiais ficou responsável pela coordenação do projeto Casa Abrigo, vinculada à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA.

Algumas ações realizadas no biênio contribuíram para o avanço no desenvolvimento nos trabalhos realizados pela Coordenadoria:

**Aquisição de micro-ônibus** - Disponibilização de micro-ônibus, mensalmente, para o deslocamento de crianças e/ou mulheres nas atividades culturais e de lazer, previamente planejadas pelas equipes da Casa da Criança, Casa Abrigo e Creche Desembargadora Judith Pacheco.

**Realização de atividades de lazer** - Atividade lúdica e direcionada para as crianças da Casa da Criança Menino Jesus, oferecida pela equipe da creche particular Vila das Letras.

**Parcerias** - Contato com equipes de universidades para a viabilização de cursos de nível superior e de pós-graduação à distância para a equipe técnica, cuidadoras, funcionários e mulheres abrigadas. Outra parceria estabelecida foi com a Unicenter (Associação de pequenos produtores rurais do município da Raposa), que disponibilizou frutas, verduras, hortaliças, peixes e mariscos para mulheres e crianças da Casa Abrigo.

**Projeto Apadrinhamento** - Viabilização de “padrinhos” para as crianças abrigadas na Casa da Criança Menino Jesus, sem o estabelecimento de vínculos afetivos que possam dificultar o encerramento jurídico da criança. Essa iniciativa partiu da necessidade de conseguir recursos para as crianças abrigadas na referida instituição, conforme necessidade individual.

**Bolsas de estudo** - A instituição educacional Santa Terezinha ofereceu 5 bolsas integrais para as crianças em idade escolar. Além da oferta das vagas, as crianças da Casa da Criança foram ainda beneficiadas com uniforme completo, material didático e merenda escolar.

**Alimentos não perecíveis** - A Casa da Criança e a Casa Abrigo foram contempladas com a doação de alimentos não perecíveis, indispensáveis para o abastecimento das referidas instituições.

**Extensão do Projeto de Pactuação de Parcerias** - O Projeto de Pactuação de Parcerias tem como objetivo a criação de uma rede de colaboradores (pessoas

físicas e/ou jurídicas, empresas públicas e/ou privadas) para ampliar a assistência prestada pelas unidades subordinadas a CAE, além de promover melhor qualidade nos serviços ofertados.

**Psicóloga voluntária** - Viabilização de uma psicóloga voluntária que realizou atendimento na Casa da Criança, Casa Abrigo e Creche Judith Pacheco.

**Mudança da Casa Abrigo** - A Casa Abrigo necessita de sigilo em seu endereço para segurança das abrigadas e seus dependentes. Assim, pelo longo tempo de permanência que a unidade apresentava na casa atual, foi solicitada a mudança de endereço, para garantia de segurança de todos na unidade.

**Aquisição de moradia para ex-abrigadas** - Foi possível, por meio da colaboração de parceiros, a aquisição de lotes para três ex-abrigadas da Casa Abrigo.

### **Creche “Desembargadora Judith Pacheco”**

O Tribunal de Justiça adquiriu imóvel próprio para a Creche Judith Pacheco, com endereço na Rua dos Afogados, 681, Centro, das 8h às 18h. A creche atendeu 63 crianças no biênio.

A equipe de profissionais da instituição é composta por 2 pedagogos, 1 supervisora, 2 auxiliares judiciários, 2 estagiárias de pedagoga, 3 pessoas de serviços gerais, 2 cozinheiras, 14 cuidadoras e 3 policiais que cuidam da segurança.

A Creche recebe filhos de servidores, na faixa etária de seis meses a três anos de idade, com a possibilidade de atendimento integral, das 8h às 18h, para os filhos de servidores de cargos que trabalham o dia todo, como aqueles de funções gratificadas e comissionadas.

A equipe especializada da creche desenvolve uma rotina que alterna atividades pedagógicas e recreativas, previamente planejadas, que priorizam o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, cognitivo, afetivo, emocional e social. Tal rotina busca ampliar as capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens.

As atividades planejadas não se restringem apenas ao espaço da casa (brinquedoteca, sala de vídeo, sala de estimulação para bebês e sala pedagógica). Há também eventos externos, que propiciam contato social, com a autorização dos pais e de forma responsável.

### **Casa da Criança “Menino Jesus”**

A Casa da Criança “Menino Jesus”, instituição criada em 08 de dezembro de 1997, configura-se como espaço de atendimento a crianças de 0 a 3 anos de idade, vítimas de abandono, negligência e/ou maus-tratos, que estão sob a tutela do Poder Judiciário do Estado por meio da 1ª Vara da Infância e Juventude.

A Casa da Criança tem como objetivo prioritário defender e efetivar os direitos da Criança e do Adolescente (ECA), visto que a demanda atendida diz respeito a crianças vítimas de maus tratos, negligência e abandono, as quais aguardam a reinserção familiar ou a adoção por família substituta, imprimindo um caráter de especificidade a essa realidade e exigindo uma intervenção capaz de dar respostas eficazes.

Em 2013, a Casa da Criança foi reestruturada em novo imóvel com amplo espaço físico, arejado e bem organizado com móveis e equipamentos para o desenvolvimento dos cuidados e atividades com as crianças. Atualmente, está localizada na Rua Astolfo Marques, 160, Apeadouro. São Luís.

A equipe de funcionários da instituição é composta por cinco servidores efetivos, 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 enfermeira, 2 técnicos, 1 auxiliar judiciário e 1 coordenadora. A casa foi contemplada no ano de 2013 com a analista da área de Psicologia e 1 assistente de informação (comissionado). A casa ainda conta com 32 cuidadoras terceirizadas, 3 policiais, 2 cozinheiras, 4 auxiliares de serviços gerais, 2 estagiárias de serviço social e 4 estagiárias de enfermagem.

No ano de 2012, a Casa acolheu 21 crianças, sendo 15 meninos e 6 meninas. Destas, 7 crianças foram acolhidas por maus tratos, 8 por abandono e 6 por outros motivos. Em 2013, contabiliza-se ainda a saída de 14 crianças, sendo 9 adoções e 5 retornos familiares.

#### Atendimentos Casa da Criança Menino Jesus 2012 - 2013

<b>2012</b>	Entrada: 21	Saída: 14
	Remanescente de ano anterior	11
	Total que permaneceu na casa:	07
<b>Retorno Familiar</b>	05	
<b>Adoção</b>	09	

Meninos: 11

Meninas: 04

Obs: Em 2012, sete crianças foram acolhidas em razão de maus tratos, oito por situação de abandono e seis por outros motivos

<b>2013</b>	Entrada: 20	Saída: 21
	Remanescente de ano anterior	07
	Total que permanece na Casa (ano anterior e alguns deste ano)	7(ano anterior) + 13(restam das que entraram em 2013) = 20
	Total Atual – presente na casa	20
<b>Retorno Familiar</b>	05	
<b>Adoção</b>	16	

Menina: 9 meninas

Menino: 11 meninos

Obs: No ano de 2013, seis crianças estavam em situação de risco social, seis em situação de abandono, uma foi entregue para adoção voluntariamente, outra por negligência; uma veio transferida de outro abrigo e cinco por outros motivos

## CASA ABRIGO

Inaugurada em 23 de setembro de 1999, a Casa Abrigo proporciona às vítimas de violência doméstica do Maranhão e de outros estados, um espaço de atendimento integral estendido também aos filhos das vítimas.

Dentre as atividades realizadas pela equipe desta unidade durante o biênio 2012/2013, podemos citar:

- Escuta social;
- Acompanhamento psicológico;
- Acompanhamento às escolas para efetuar matrículas dos filhos das abrigadas, solicitação de transferências ou guarda de vaga para os mesmos;
- Acompanhamento médico e de enfermagem, por meio de encaminhamento das abrigadas e/ou seus filhos a serviços médicos e vacinação;
- Encaminhamento à delegacia, e acompanhamento a exames de corpo de delito;
- Acompanhamento de ex-abrigadas, por meio de visitas domiciliares;
- Elaboração de capacitação para plantonistas;
- Acompanhamento jurídico em audiências e idas a instituições como a SEM-CAS, 1ª Vara da Infância e da Juventude, Delegacia Especial da Mulher, ESMAM e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

No ano de 2012, foram atendidas 56 mulheres e 87 crianças. Em 2013, 45 mulheres e 61 crianças. A maior parte das abrigadas foi encaminhada pela Delegacia da Mulher e possuem o seguinte perfil: solteiras, domésticas, faixa etária de 18 a 30 anos de idade, com baixa escolaridade, ensino fundamental incompleto e foram abrigadas em razão de terem sofrido violência doméstica e/ou familiar.

<b>ABRIGAMENTOS</b>	
Ano 2012	56
Ano 2013	45
<b>TOTAL</b>	<b>101</b>

\*Total de abrigamentos desde 1999 a 2013: 692

## COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Por meio da Resolução nº 30/2011, o TJMA criou a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que dentre os vários eixos da sua atuação, prioriza a necessidade de unificação e expansão das medidas de proteção e os projetos voltados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Na atual gestão foi aprovada a criação da estrutura administrativa dessa Coordenadoria, sancionada pela Lei Nº 9.754 de janeiro de 2013, que possibilitou ações efetivas de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do Judiciário maranhense.

Público-alvo: Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em situação judicializada, bem como, magistrados e equipes multidisciplinares que atuam nas Varas que tratam da matéria referente a Lei nº 11.340/2006.

Objetivo geral: Fazer a gestão da Coordenadoria da Mulher no âmbito do TJMA, em consonância com as diretrizes do CNJ, unificando e expandindo as medidas de proteção e os projetos voltados as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

### Atividades desenvolvidas

- Primeira edição da Campanha de Carnaval, em parceria com Asscom, com o tema: “Leve a alegria do Carnaval para a sua casa. Diga não à violência”. Foram utilizadas nas peças publicitárias: outdoor, busdoor, cartazes, camisas e ventarolas. Também foram firmadas parcerias com instituições públicas e privadas para execução da campanha.

- Criação do Banco de Projetos da Coordenadoria da Mulher, que passou a ser composto pelas iniciativas: “Maria vai à Escola” (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de São Luis); “Justiça Social: além dos limites processuais” (Vara da Mulher da comarca Imperatriz) e o “Maria vai à Comunidade” (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar).

Os projetos foram elaborados pela Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA, que produziu vasto material educativo, como cartilhas, folder, cartazes, camisas e exemplares da Lei Maria da Penha.



- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o TJMA e Senac/MA, com o objetivo de disponibilizar gratuitamente vagas de cursos profissionalizantes para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar atendidas no Projeto “Justiça Social”. São Luis, Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês foram as comarcas beneficiadas.

- Aprovação da proposta de implantação da Estrutura Administrativa e de Recursos Humanos da Coordenadoria Estadual da Mulher, bem como de metas relativas ao Planejamento Estratégico da Coordenadoria da Mulher (2012-2014), em reunião composta pelos membros da Coordenadoria da Mulher e Planejamento Estratégico do TJMA.



- Criação da identidade visual da Coordenadoria Estadual da Mulher pela Asscom.

- Campanha de aniversário dos seis anos da Lei Maria da Penha. As atividades foram desenvolvidas pelas Varas Especializadas das comarcas de São Luís e Imperatriz, com palestras educativas para jovens e adolescentes da rede pública de ensino.

- Participação dos juízes coordenadores da Coordenadoria da Mulher no IV Fórum Nacional de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid), apresentando os projetos exitosos desenvolvidos em suas comarcas. Nesse sentido, foi preparado um vídeo institucional da Coordenadoria da Mulher, apresentando todas as práticas desenvolvidas no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

- Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher e Campanha do Laço Branco – Mobilização Mundial de Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres.



- Caminhada do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.





- Mobilização no Fórum de Justiça Desembargador Sarney Costa.

- Participação no Seminário Jurídico sobre Violência Infantil e de Gênero, promovido pela ESMAM.



- Apoio à Campanha “Pense Rosa”, da ONG “Orientavida”, que realizou encontro com o objetivo de promover a conscientização sobre o câncer de mama e importância da mamografia as mulheres.

- 2ª Edição da Campanha de Carnaval com tema: “Diga não a violência e entre no bloco da Paz” em parceria com a Asscom do TJMA.

- Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 2013, foram realizadas atividades voltadas para o público externo e o público interno do TJMA. No primeiro momento, foi veiculada campanha publicitária em outdoors e realizado um café da manhã, sorteio de brindes, palestra com representantes da empresa Mary Kay sobre o tema empoderamento das mulheres vítimas de violência, destinada à clientela da Casa Abrigo.

- Para as servidoras do TJMA foi realizada palestra com o tema “Mulher Alfa – Ser ou não ser? Uma discussão sobre a mulher moderna”, além de coquetel, show cultural com artistas e servidores, entrega de rosas, sorteio de brindes e um dia de beleza, para a elevação da autoestima das mulheres servidoras do Judiciário.

- Homenagem as Servidoras do Tribunal de Justiça do Maranhão



- Café da manhã na Casa Abrigo e Dia de Beleza



- Projeto “Maria vai à Comunidade: promovendo o acesso da mulher à Justiça”, que tem o objetivo de promover o conhecimento da Lei Maria da Penha, esclarecer o ciclo da violência doméstica e familiar contra a mulher, formar multiplicadores de informação sobre os direitos das mulheres, informar os serviços existentes na rede de atendimento e defesa dos direitos das mulheres, estimular a denúncia e proporcionar um momento de valorização e autoestima para as mulheres.

**Esos documentos necessários?**

- Boletim de Ocorrência;
- Carteira de Identidade e CPF (original e cópia);
- Certidão de Casamento (original e cópia);
- Certidão de Nascimento dos filhos (original e cópia);
- Outros documentos.

**SERVIÇOS PRESTADOS**

- Atendimento humanizado;
- Concessão de Medidas Protetivas de Urgência;
- Serviço de Orientação Psicossocial e Jurídica;
- Grupo Reflexivo com os autores da violência;
- Atendimento infantil em espaço lúdico (brinquedoteca);
- Palestras educativas e preventivas para comunidade em geral
- Projeto Justiça Social: Além dos Limites Processuais

**ENTRE EM CONTATO CONOSCO:**

**ENVIÁVELS:**  
 Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar  
 Avenida Getúlio Vargas, nº 85, Monte Castelo,  
 São, (99) 3224-4245 / 3223-4414  
 e-mail: varemardom@tjma.jus.br

**EM IMPREAFERIZ:**  
 Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar  
 Contra a Mulher  
 Rua Rui Font Manuel Pereira, nº 81, Centro,  
 Tel: (99) 3528-4689 / (99) 3528-5828  
 e-mail: varemardom@tjma.jus.br

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**

Des. Antonio Guerreiro Junior  
**Presidente**  
 Des. Maria dos Remédios Buna Costa  
 Magalhães  
**Vice-Presidente**  
 Des. Cleonice Carvalho Cunha  
 Corregedor-Geral de Justiça

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa  
 Presidenta da Coordenadoria Estadual da  
 Mulher em Situação de Violência  
 Doméstica e Familiar

**Rede Especializada de Atendimento à Mulher:**

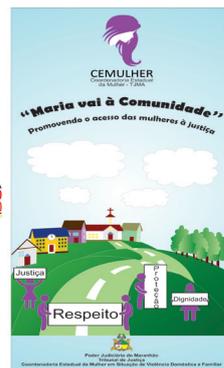
**LIGUE 180** DISQUE DENÚNCIA  
 32223 5800  
 1000 318 8800

Delegacia Especial da Mulher  
 Rua Sousa Lima, s/n, Centro,  
 Tel. (99) 3525-1545

Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher  
 Rua Barão de Rio Branco, nº 36, Centro,  
 Tel. (99) 3525-2575

Defensoria Pública do Estado do Maranhão  
 Rua Coriolano Milhomem, nº 433, Centro,  
 Tel. (99) 3524-5258

Centro de Referência da Mulher  
 Rua Peró, nº 102, Centro  
 Tel.: 3212-3206



- Divulgação do Provimento nº 06/2013, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre o requerimento direto ao Judiciário das Medidas Protetivas de Urgência, previstas pela Lei Maria da Penha, facilitando e humanizando o acesso das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ao Poder Judiciário.

- Participação no Projeto Ação Global 2013, em parceria com a Corregedoria e Vara da Mulher da comarca de São Luis. Os serviços ofertados foram: acolhimento, triagem e realização de encaminhamento de mulheres para a rede de atendimento a mulher vítima de violência, bem como, distribuição de material educativo do projeto "Maria vai à Comunidade".

- Participação na VII Jornada da Lei Maria da Penha do CNJ, com apresentação da Boa Prática do Projeto Justiça Social: além dos limites processuais, com destaque para o Provimento nº 06/2013 da Corregedoria Geral de Justiça, pela juíza titular da Vara da Mulher da Comarca de Imperatriz, bem como a apresentação pelo juiz titular da Vara da Mulher da comarca de São Luis, de um CD com o relatório de cinco anos de atividade do Projeto de Reeducação do Autor de Violência Doméstica e Pesquisa Social Quantitativa da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

- Nos anos de 2012 e 2013, as ações de caráter educativos e preventivos da Coordenadoria da Mulher, em parceria com varas especializadas das comarcas de São Luis e Imperatriz, obtiveram uma inserção de 86,3%, nas mídias de rádio, TV, internet e impresso. Os dados refletem diretamente no aumento do número de denúncias nas varas especializadas.

## **UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO**

Ainda na gestão do desembargador Guerreiro Júnior, foi criada a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) por meio da Lei nº. 55, de 4 de janeiro de 2012, e dividida em três divisões administrativas: Divisão Estrutural Técnica; Divisão Começar de Novo e Divisão de Assistência Jurídica.

A UMF trabalha fiscalizando e monitorando os processos de trabalho existentes na execução penal maranhense, envolvendo todas as unidades prisionais: Casa de Assistência ao Albergado e Egresso (CAAE); Casa de Detenção (CADET); Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ); Centro de Detenção Provisório (CDP); Penitenciária Feminina (PF); Penitenciária de Pedrinhas (PP); Penitenciária São Luís (PSL); Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) e Unidade para Regime Disciplinar Diferenciado (URDD).

A divisão das atividades da UMF adotou como forma de gerenciamento de suas atividades a estruturação por projetos. Desta forma, substituiu a departamentalização tradicional das instituições públicas por uma estrutura que seja capaz de responder, rapidamente, às situações criadas dentro e fora da Unidade.

O fluxo de trabalho foi organizado de acordo com os projetos relacionados a seguir.

## Presos Provisórios

Objetivo: verificar o quantitativo de presos provisórios por unidade judicial, observando a quantidade de processos paralisados com réus presos por dia, auxiliando o Juízo e a Secretaria Judicial, no que diz respeito à alimentação, de forma correta, do sistema THEMIS.

Procedimento: Priorizar os processos com réus presos com mais tempo sem movimentação.

Meta: Auxílio alimentação e a redução do percentual de provisórios com objetivo de incluir o maior percentual de varas em situação “Regular” e “Boa”, sendo:

RUIM	Acima de 50% de presos provisórios
REGULAR	Entre 50% e 30% de presos provisórios
BOA	Abaixo de 30% de presos provisórios

## Guias de Execução

Ação: levantamento e regularização das guias de execução penal de presos do sistema prisional do Estado. Análise da situação dos internos na Unidade CADET - Pedrinhas, CDP - Pedrinhas, CCPJ - Pedrinhas, CCPJ - Imperatriz e CRR - Timon;

## Aperfeiçoamento e implantação de sistemas da execução penal

Ação: levantamento de informações para a correta alimentação dos sistemas de execução penal disponibilizados.

Sistemas envolvidos: VEPCNJ, Themis, Jurisconsult, Digidoc, SIISP, Infopen, Geopresídos, Mutirão Carcerário, Sistema “Começar de Novo”, Portal de oportunidades, banco de prisões, cadastro nacional de inspeções, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (SISTEC).

## Inspeções nas comarcas do Maranhão

Ação: realização de inspeções periódicas nas unidades prisionais de São Luís e demais comarcas do Estado do Maranhão. Inspeção, trimestralmente, de unidades prisionais, delegacias de polícia, presídios de instituições militares, hospitais psiquiátricos e centros de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, a serem realizadas pelos servidores da UMF.

Inspeções realizadas: Unidades Prisionais de Buriticupu, Imperatriz, Bacabal; Delegacias de Coroatá; Matinha, Balsas, São Domingos do Maranhão e Central de Custódia de Presos da Justiça (CCPJ-Anil).



Inspeção na CCPJ – Imperatriz



Inspeção na Delegacia de Coroatá

Inspeção na CCPJ – São Luís



### Organização de Eventos na Área da Execução Penal do Maranhão

Ação: realização de eventos com o objetivo de unificação de órgãos e unidades que trabalham com a execução penal do Estado do Maranhão. Apoio e organização de eventos envolvendo a execução penal.

PROJETO / EVENTO	LOCAL	DATA
Audiência Pública – Reforma da Lei de Execução Penal	Auditório do TJMA	21 de Junho
Seminário sobre Auxílio Reclusão	Auditório do Centro Administrativo do TJMA	31 de julho
Fórum Estadual de Execução Penal	Hotel Luzeiros	19, 20 e 21/outubro
Audiência Pública - Fórum sobre Violência Urbana	OAB	4 de dezembro

## PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO

### Documentação

Realização de Semanas da Documentação em todo o Estado do Maranhão, com o objetivo de emitir, gratuitamente, através de parceria com o “Viva Cidadão”, a documentação básica de presos e egressos do sistema carcerário.

### Ações

- acompanhamento do número de apenados com acesso ao Cartão do SUS – documento identificador dos usuários nos Sistema Único de Saúde;
- articulação com o órgão gestor da Política de Assistência Social, em âmbito local e estadual, para atualização cadastral de familiares de apenados;
- realização de semanas de documentação nos municípios de São Luís, Imperatriz, Davinópolis, Timon, Caxias e Unidade do Olho D’Água.

Total de documentos: 1.154

Tipos de documentação

2ª via de Certidão de Casamento  
2ª via de Certidão de Nascimento  
Cadastro Biométrico  
Cadastro de Pessoa Física  
Carteira de Identidade  
Carteira de Trabalho  
Certidão Negativa  
Certificado de Dispensa de Incorporação



*Ação de Documentação/2013 na Penitenciária de Pedrinhas – São Luís*

### Abertura de vagas de trabalho

Ação: captação de vagas de trabalho junto às empresas do Maranhão e junto àquelas que apresentam condições de se inserirem no Programa “Começar de Novo”.

Fiscalização do cumprimento da Lei n.º 9116/2010, através de articulação permanente com a Secretaria de Estado da Justiça e de Administração Penitenciária (SEJAP) – Ofício n.º 183/2013;

Mudança nos editais de licitação em cumprimento a Lei n.º. 9116/2010, que institui a Política Estadual de inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, e dá outras providências;

Encaminhamento da Lei n.º 9.116/2010 para os municípios de São Luís, Imperatriz, São Jose de Ribamar, Paço do Lumiar, Caxias, Timon, Pedreiras, Bacabal e Santa Inês;

Visitas para divulgação da Lei n.º. 9.116/2010, realizada nos órgãos com o maior número de licitações.

### **Capacitação profissional**

Apoio ao plano estadual de educação nas prisões. De acordo com o levantamento da Secretaria Estadual de Educação, no Maranhão, atualmente, o sistema penitenciário é composto por 25 estabelecimentos penais, atendendo a 4.332 apenados. A UMF apóia os seguintes programas: PRONATEC; Remição pela leitura, Projeto Mesa Brasil, Projeto de Capacitação Profissional e Oficinas Permanentes (PROCAP), Programas Mulheres Mil.



*Aula inaugural da escola da Penitenciária São Luís I*

### **Ampliação do programa para as comarcas do Estado**

Ação: apoio aos juízes para a implantação do Programa “Começar de Novo” nas demais comarcas do Estado do Maranhão. Foram encaminhados ofícios aos juízes solicitando a implantação do Programa “Começar de Novo” e o levantamento de vagas. Também foram encaminhados ofícios aos prefeitos para encaminhamento da Lei 9116/2010.

### **NÚCLEO DE ADVOCACIA VOLUNTÁRIA**

Ação: atendimento de presos e egressos do sistema carcerário. Em 2013, foram realizados 1.300 atendimentos na sede da UMF e Núcleo de Advocacia Voluntária (Pedrinhas). Os atendimentos realizados referem-se aos pedidos de análise processual, guia de execução, habeas corpus, indulto, livramento condicional, pedido de celeridade, prisão domiciliar, regime aberto e semiaberto, remição de pena, revogação da prisão preventiva e transferência de execução.

### **MUTIRÕES CARCERÁRIOS**

Ação: revisão das prisões. Verificação da situação dos presos provisórios, implantando o Programa Começar de Novo, realizando proposições destinadas aos órgãos que compõem a execução penal.

Em 2013, o mutirão foi desenvolvido no Maranhão seguindo um novo modelo.

Sob a responsabilidade da CGJ e coordenado pela UMF, ocorreu no período de 12 de agosto a 12 de setembro de acordo com a Portaria Conjunta nº. 001/2013 - GAB-PRES/CGJ/UMF, e prorrogado até 30 de setembro de 2013.

### **ATESTADO DE PENA A CUMPRIR**

Ação: expedição de atestado, no prazo de 60 dias, a partir do início da execução da pena e, para os apenados que já estão em prisão, até o último dia útil de janeiro de cada ano. O atestado deve informar ao apenado o montante da pena, o regime prisional, a data do início do cumprimento da pena, a data, em tese, do término do seu cumprimento e a data a partir da qual o apenado, também em tese, poderá postular a progressão do regime prisional e o livramento condicional.



*Cerimônia de Entrega de Certidões na Penitenciária São Luís*

### **IMPLANTAÇÃO DE PATRONATOS E CONSELHOS DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL NO MARANHÃO**

Ação: apoio à criação de patronatos e conselhos da comunidade.

<b>Criação de Conselhos da Comunidade na Execução Penal no Maranhão</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
	<b>13</b>	<b>26</b>

### **IMPLANTAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC'S) NAS COMARCAS DO MARANHÃO**

Ação: apoio à criação das APAC's.

A UMF encaminhou e-mail e ofícios aos juízes criminais e de Execução Penal solicitando a implantação de APAC's no Estado. Realizou levantamento das Associações de Bacabal, Coroatá, Imperatriz, Pedreiras, São Luís, Timon e Viana. A unidade apoia a parceria de trabalho entre a APAC de São Luís e o DETRAN, na confecção de placas de carro.



No início de 2013, o Grupo de Monitoramento Carcerário se reuniu para tratar de pedido a ser feito à Governadora do Maranhão para manter a continuidade do convênio entre o Estado e as APAC's conforme a Lei nº. 9551/2012.

*Reunião do Grupo de Monitoramento Carcerário sobre as APAC's*

## SAÚDE MENTAL

Ação: monitoramento e fiscalização da situação de todos os presos de justiça internados em hospitais de custódia, fazendas terapêuticas e centros de assistência do Estado.

## ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Ação: monitoramento e fiscalização de adolescentes em situação de conflito com a Lei no Estado do Maranhão. A unidade verificou os adolescentes internados no Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues, por meio de ordem judicial; reuniu com a equipe da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís e realizou o levantamento do quantitativo de adolescentes em conflito com a lei que estão em cumprimento de medidas socioeducativas no Estado do Maranhão.



*Presidente Guerreiro Junior em reunião com a comitiva do CNJ.*

### Outras ações:

- Monitoramento da construção de unidades prisionais, bem como o período de entrega das obras e o quantitativo de vagas no sistema carcerário maranhense;
- Realização de reuniões com os membros do Grupo todas as primeiras segundas-feiras do mês. Trabalho permanente que compõe a agenda das instituições que desenvolvem atividades relacionadas à questão carcerária;
- Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Política Criminal e Penitenciária (Organização a implantação no estado e realiza o Plano Estadual de Política Criminal e Penitenciária/2014-2024);
- Elaboração de manuais de rotina, relatórios técnicos e planejamento estratégico;
- Participação de servidores nos cursos e seminários oferecidos pelo TJMA e instituições parceiras;
- Reuniões constantes com representantes da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, para tratar de parcerias sobre vagas de trabalho, cursos de capacitação, documentos e inspeções e atendimento jurídico nas unidades do Estado.



Poder Judiciário do Maranhão  
Praça D. Pedro II s/n - Centro - São Luís - Maranhão  
CEP: 65.010-905